



Indicadores Sociais do CEARÁ 2015



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS ECONÔMICOS DO CEARÁ

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO
CEARÁ - IPECE**

Indicadores Sociais do CEARÁ 2015

Fortaleza - CE
2017

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreira de Santana – Governador

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

João Mário Santos de França – Diretor de Estudos Sociais

COORDENAÇÃO

João Mário Santos de França – Diretor de Estudos Sociais

ELABORAÇÃO

Parte 1 – Resumo dos Indicadores - Jimmy Lima de Oliveira

Parte 2 – Análise detalhada dos Indicadores

1 Aspectos Demográficos – Juliana Rodrigues Alves

2 Condições dos Domicílios — Rayén Heredia Penaloza

3 Saúde – Victor Hugo de Oliveira

4 Educação – Luciana de Oliveira Rodrigues

5 Trabalho e Rendimentos – Dércio Nonato Chaves de Assis e Jimmy Lima de Oliveira

6 Desigualdade de Renda e Pobreza – Dércio Nonato Chaves de Assis e Jimmy Lima de Oliveira

Indicadores Sociais do Ceará - 2015.

Fortaleza, IPECE, 2017.XXp.: graf. tabs.

ISSN 1983-4934

1 - Estatística - indicadores sociais. 2- Ceará. I – Título.

CDU31 (813.1)

Copyright 2009 IPECE

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº | Edifício SEPLAG | Térreo – Cambeba

Fones: (85) 3101-3496 | 3101-3521 | Fax: (85) 3101-3500

CEP: 60830-120 | Fortaleza - CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE oferece à sociedade cearense os Indicadores Sociais do Estado para ano de 2015. A presente edição mantém as mesmas dimensões de análise das edições anteriores, mas acrescentam-se algumas novidades em termos de gráficos e análises com o único objetivo de tornar ainda mais atraente a leitura e fácil interpretação dos resultados.

Vale ressaltar que as bases de dados utilizadas foi a dos microdados da Pesquisa por Amostra de Domicílios - PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas –IBGE, de 2005 a 2015, do Sistema de Nascidos Vivos do Ministério da Saúde extraídos do DATASUS e do pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação.

A parte 1 do estudo apresenta um resumo de 22 indicadores mostrando inicialmente a situação do Ceará em relação ao Brasil para os anos de 2005, 2011 e 2015. Em seguida é apresentado um resumo dos indicadores para o Ceará fazendo uma comparação com a região Nordeste e o país primeiramente para o ano de 2015, em seguida as taxas de variações entre 2015/2011 e 2015/2005.

Já a parte 2 realiza-se análises temáticas dos indicadores (por demografia, condições dos domicílios particulares e permanentes, saúde, educação, trabalho e rendimento, desigualdade de renda e pobreza) para a série 2005 a 2015 com exceção de 2010, ano em que foi realizado o Censo Demográfico.

Com isso, espera-se contribuir para a adequada análise das condições sociais em que se encontra a população do Estado do Ceará bem como das principais transformações socioeconômicas verificadas nos últimos anos em comparação com o Nordeste e o Brasil.

João Mário de Franca
Diretor de Estudos Sociais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
PARTE I - RESUMO DOS INDICADORES	6
PARTE II - ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES	15
1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	16
2. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS	23
2.1. Abastecimento de água	23
2.2. Serviço de esgotamento sanitário	24
2.3. Serviço de coleta de lixo.	28
2.4. Serviço de distribuição de energia elétrica	29
2.5. Posse de bens duráveis	31
3. SAÚDE	38
3.1. Saúde Geral	38
3.2. Saúde ao Nascer	40
3.3. Causas de Morte	47
3.3.1 <i>Mortes por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs)</i>	48
3.3.2 <i>Mortes por Causas Externas</i>	51
4. EDUCAÇÃO	54
4.1. Evolução dos indicadores educacionais	54
4.2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	63
5. TRABALHO E RENDIMENTOS	68
5.1. Desemprego, Ocupação e a Geração “Nem-Nem”	69
5.2. Rendimento do Trabalho e Taxa de Participação	71
5.3. Desigualdade de Rendimentos e Trabalho Infantil	75
6. DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA	78
6.1. Evolução da Renda	79
6.2. Desigualdade	81
6.3. Pobreza e Extrema Pobreza	85
6.3.1 <i>O Desafio da Extrema Pobreza Infantil no Ceará</i>	90
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92

PARTE I - RESUMO DOS INDICADORES

Inicialmente, apresenta-se uma análise sintética dos principais indicadores socioeconômicos do Estado do Ceará em 2015, compara-os aos respectivos indicadores da Região Nordeste e do Brasil. Também é feita uma comparação com os indicadores equivalentes de 2005, 2011 e 2015, a fim de analisar a evolução dos indicadores selecionados no curto, médio e longo prazo.

No sentido de avaliar a situação relativa do Ceará em relação ao restante do país, são apresentados gráficos de radar, tomando os indicadores do Brasil como referência, de forma a construir uma medida sintética que evidencia, em termos gerais, se o Estado vem se aproximando da média nacional ao longo do tempo.

Essa medida é construída a partir das relações entre os indicadores do Ceará e do Brasil. Mais especificamente, essas relações são construídas da seguinte forma:

- (1) Indicador do tipo "quanto maior, melhor":

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Ceará} / \text{Indicador do Brasil}) \times 100\%$$

- (2) Indicador do tipo "quanto menor, melhor":

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Brasil} / \text{Indicador do Ceará}) \times 100\%$$

Com isso, se o valor de uma relação for inferior a 100%, isto evidenciará que o indicador do Ceará é pior que o do Brasil; uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes; e, finalmente, se a relação for superior a 100%, isto sugere que o indicador do Ceará é melhor que a média nacional.

Portanto, a medida sintética proposta consiste na média das relações ora descritas para um determinado ano. Os resultados são apresentados graficamente por meio de um radar. Assim, dois tipos de informações muito importantes podem ser obtidos: no mesmo ano, será possível identificar quais indicadores do Ceará são melhores ou piores que os do Brasil, e a análise da média das relações evidenciarão se o Estado tem-se aproximado ou não da média nacional ao longo do tempo.

Os gráficos propostos são construídos a partir dos 22

indicadores a seguir.

- Grau de urbanização (↑)
- Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado (↑)
- Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (↑)
- Taxa de mortalidade infantil (↓)
- Esperança de vida ao nascer (↑)
- Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) (↑)
- Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) (↓)
- Porcentagem de analfabetismo funcional entre adultos (↓)
- Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o

Ensino

Fundamental completo (↑)

- Percentual da população adulta com pelo menos o Ensino Médio completo

(↑)

- Percentual da população (com 25 anos ou mais) com Nível Superior completo

(↑)

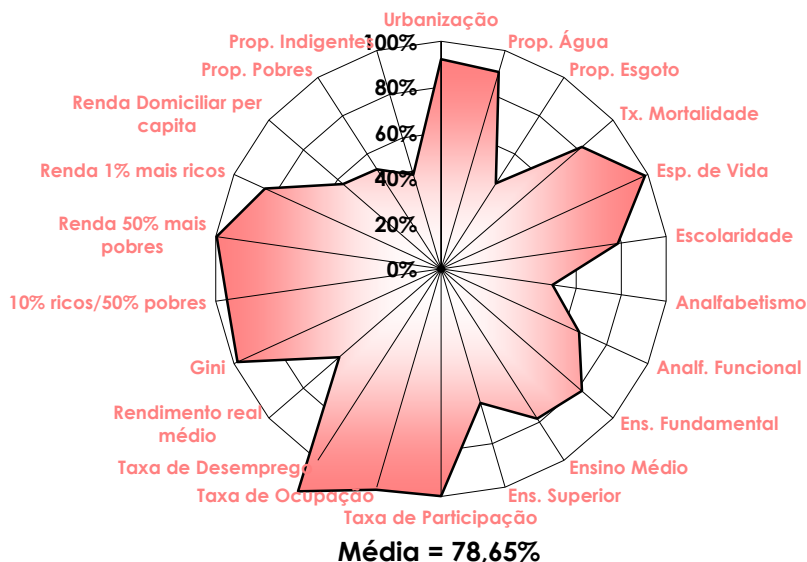
- Taxa de Participação (↑)
- Taxa de Ocupação (↑)
- Taxa de Desemprego (↓)
- Rendimento Real Médio (↑)
- Índice de Gini (↓)
- Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população (↓)
- Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres (↑)
- Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas (↓)
- Renda domiciliar *per capita* real (↑)
- Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (↓)
- Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (↓)

Quando o indicador vem acompanhado por (↑), significa que ele é do tipo: “quanto maior, melhor”; quando vem acompanhado por (↓), é do tipo “quanto menor, melhor”.

Os gráficos 1, 2 e 3, a seguir, mostram a situação do Ceará em relação ao Brasil, assim como a média das relações para os anos de

2005, 2011 e 2015¹.

Gráfico 1: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2005

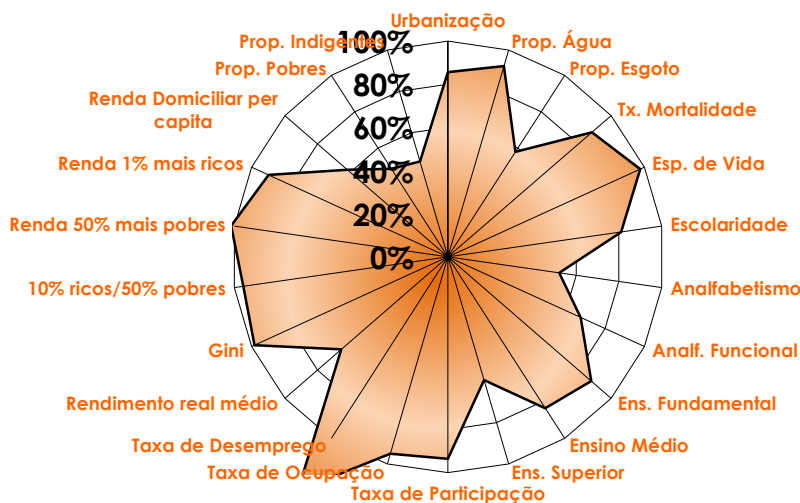


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Conforme o Gráfico 1, em 2005, em termos gerais, a situação do Ceará representava, em média, 78,65% da situação brasileira, quando se considera os indicadores listados. Sendo que o Ceará apresentou desempenho melhor que o Brasil em dois indicadores: taxa de ocupação e desemprego.

¹ Cabe destacar que em função da mudança de definição de algumas variáveis, os valores diferem levemente em relação à publicações anteriores dos Indicadores Sociais do IPECE.

Gráfico 2: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2011

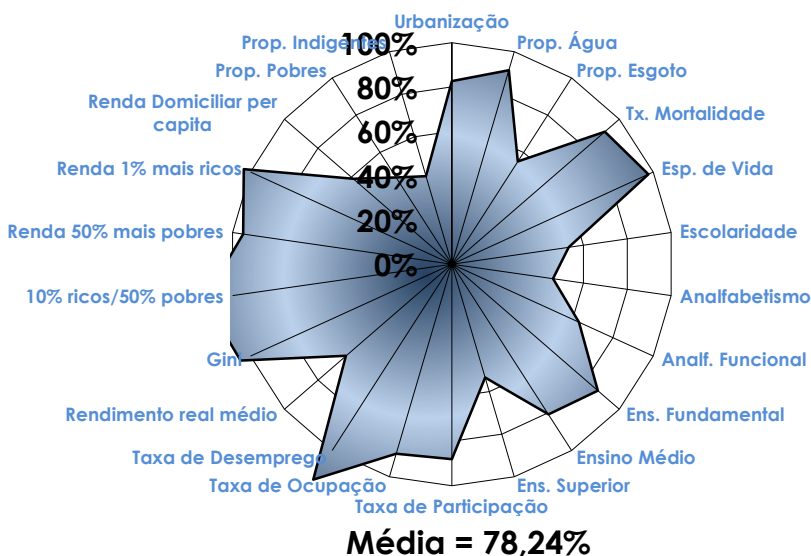


Média = 80,89%

Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Em 2011, em termos gerais, o Ceará obteve avanços em alguns indicadores, e passou a ter em média, 80,89% da situação brasileira. Sendo que os indicadores referentes à taxa de desemprego e a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população apresentaram desempenho melhor que o Brasil.

Gráfico 3: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2015



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Em 2015, o Ceará manteve sua situação em relação ao Brasil, com uma decréscimo na média, como ilustra o Gráfico 3. Neste caso, a média das relações foi igual a 78,24%, apresentando, portanto, um desempenho inferior ao observado em 2011 e 2005.

Para entendermos essa variação, os Quadros 1 a 3 apresentam os valores em 2015 e a variação dos 22 indicadores analisados neste estudo em relação a 2011 e 2005:

- O Ceará, em 2015, encontrava em uma situação (valor absoluto) melhor que o Nordeste em 5 indicadores, e melhor que o Brasil e o Nordeste em 6. Os melhores resultados estão relacionados à taxa de desemprego e redução da desigualdade de renda e pobreza.
- No período entre 2011 e 2015, o Ceará teve melhor desempenho (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 5 indicadores

e somente melhor que o Nordeste em 2.

- Entre 2005 e 2015, 4 indicadores do Ceará tiveram variações melhores do que os indicadores do Nordeste e do Brasil e em relação ao Brasil 7 indicadores.

Os resultados para os 22 dois indicadores de 2015 (em valores absolutos de 2015) e suas variações em termos percentuais de 2015/2011 e de 2015/2005 podem ser observadas nos Quadros 1, Quadro 2 e Quadro 3, respectivamente.

QUADRO 1: Resumo dos Indicadores Sociais - Valores de 2015

Indicadores		Valores em 2015		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	72,5	73,1	84,7
2	Proporção de domicílios c/ abastecimento de água pela rede geral de distribuição (%)	78,0	79,7	85,4
3	Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado (%)	51,9	65,0	80,6
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	15,1	17,5	13,8
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	73,6	72,8	75,4
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	6,4	6,6	7,9
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	17,3	16,2	8,0
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (15 anos ou mais)	27,1	26,6	17,1
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	53,8	51,6	61,6
10	Percentual da população adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	37,2	37,3	46,1
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	7,2	8,3	13,5
12	Taxa de Participação (%)	57,1	51,6	61,6
13	Nível de Ocupação (%)	52,3	55,1	58,6
14	Taxa de Desemprego (%)	8,3	10,1	9,6
15	Rendimento Real Médio	1172	1223	1853
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,49	0,51	0,51
17	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	10,4	11,7	11,8
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	18,0	17,2	17,2
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	10,8	11,8	11,2
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)**	622	667	1057
21	Proporção de pessoas pobres	21,3	20,1	9,9
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	8,7	7,8	3,6

Fonte: PNAD-IGBE/DATASUS. Elaboração IPECE

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.**

* Valores corrigidos pelo INPC de setembro de 2015.

QUADRO 2: Resumo dos Indicadores Sociais

Variação percentual em relação a 2011

Indicadores		Valores 2015/2011		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	-0,68	-0,81	-0,35
2	Proporção de domicílios c/ abastecimento de água pela rede geral de distribuição (%)	0,00	-0,37	0,95
3	Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado (%)	-3,71	6,38	4,40
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-18,82	-19,35	-15,85
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	1,24	1,68	1,21
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	6,67	10,00	8,22
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	4,85	-3,57	-6,98
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (15 anos ou mais)	-10,26	-13,64	-16,18
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	5,70	7,95	6,57
10	Percentual da população adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	6,59	11,01	10,02
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	5,88	18,57	18,42
12	Taxa de Participação (%)	-7,75	2,54	-2,11
13	Nível de Ocupação (%)	-11,05	-4,84	-5,02
14	Taxa de Desemprego (%)	59,62	27,85	43,28
15	Rendimento Real Médio	1,21	-38,82	4,75
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-9,26	-5,56	-3,77
17	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-21,46	14,75	-7,59
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	12,53	8,66	5,36
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-15,46	-13,83	-4,48
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)	2,13	8,46	6,98
21	Proporção de pessoas pobres	-16,47	-19,60	-20,16
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-14,71	-23,53	-23,40

Fonte: PNAD-IGBE/DATASUS. Elaboração IPECE

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

QUADRO 3: Resumo dos Indicadores Sociais

Variação percentual em relação a 2005

Indicadores		Valores 2015/2005		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	-4,61	3,25	2,17
2	Proporção de domicílios c/ abastecimento de água pela rede geral de distribuição (%)	4,84	7,85	2,89
3	Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado (%)	26,28	39,48	16,14
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-44,28	-45,31	-37,84
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	3,66	4,90	4,72
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	25,49	32,00	21,54
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-22,77	-26,03	-27,93
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (15 anos ou mais)	-23,01	-26,32	-27,23
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	35,18	39,84	26,75
10	Percentual da população adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	44,19	52,87	39,70
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	41,18	80,43	62,65
12	Taxa de Participação (%)	-17,49	-10,12	-6,49
13	Nível de Ocupação (%)	-17,77	-11,13	-6,84
14	Taxa de Desemprego (%)	3,75	9,78	3,23
15	Rendimento Real Médio	39,19	39,14	30,13
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-15,52	-10,53	-10,53
17	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-37,66	-26,75	-25,95
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	26,98	17,61	21,23
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-28,87	-20,33	-13,64
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)	42,01	51,59	37,45
21	Proporção de pessoas pobres	-50,69	-52,59	-56,00
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-50,00	-52,15	-52,00

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE/DATASUS.

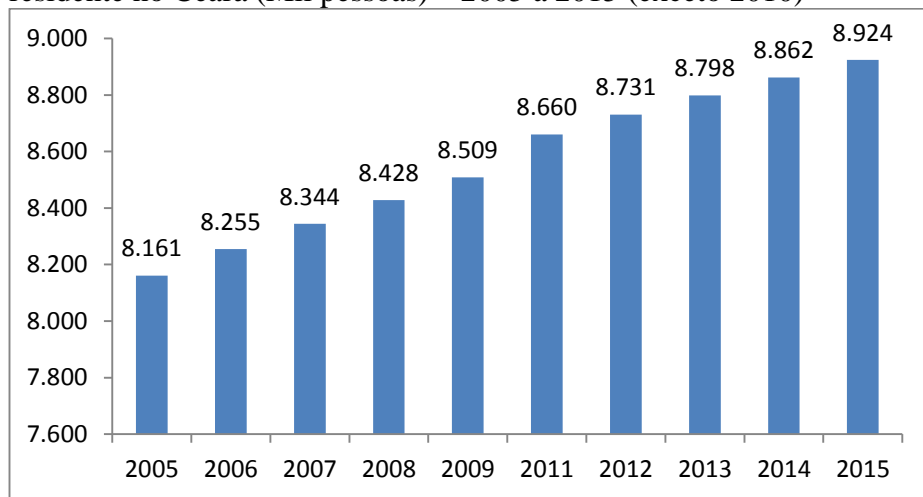
Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

PARTE II - ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES

1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Ceará vem apresentando um crescimento populacional dos residentes, como apresenta o Gráfico 1.1, que traz os dados correspondentes do ano de 2005 até 2015 (exceto 2010). Notou-se que desde 2005 o número de residentes vem crescendo de maneira linear e nesse período de dez anos aumento em 763 mil o número populacional absoluto da população residente no estado.

Gráfico 1.1: – Crescimento populacional absoluto da população residente no Ceará (Mil pessoas) – 2005 a 2015 (exceto 2010)



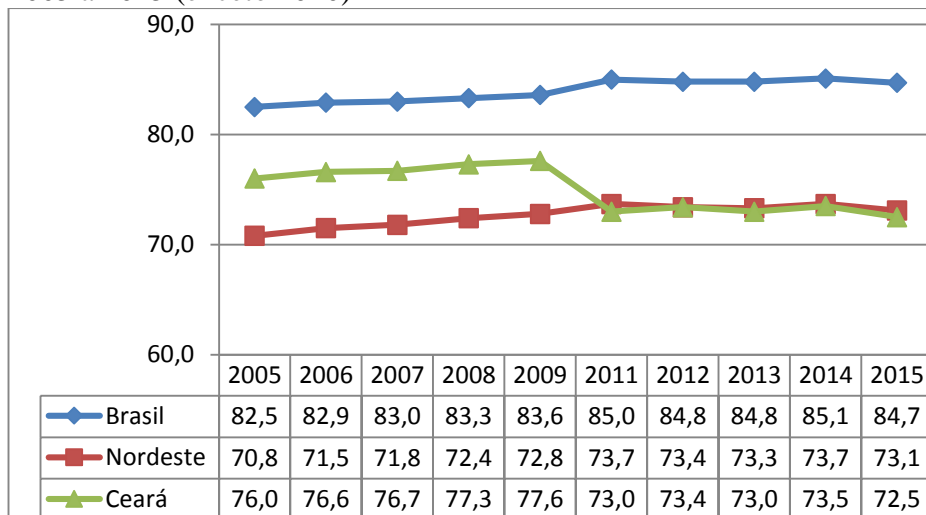
Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 1.2 exibe os valores da taxa de urbanização para o Brasil, Nordeste e Ceará no período de 2005 a 2015 (exceto 2010). Essa taxa pode ser definida como percentual da população urbana em relação à população total.

Observa-se um crescimento contínuo da população que residiam nos centros urbanos no Ceará de 2005 a 2008, no entanto, entre 2009 a 2011 a taxa de urbanização no Estado caiu e depois se manteve estável até 2014 sendo possível perceber um pequeno decréscimo do indicador em 2015.

A taxa de urbanização no Brasil e no Nordeste se comportou da seguinte forma, entre os anos de 2005 a 2011 percebeu-se um crescimento contínuo, sendo maior de 2009 a 2011 e depois tendeu a exibir certa estabilidade até 2014, quando o indicador teve um discreto decréscimo em 2015.

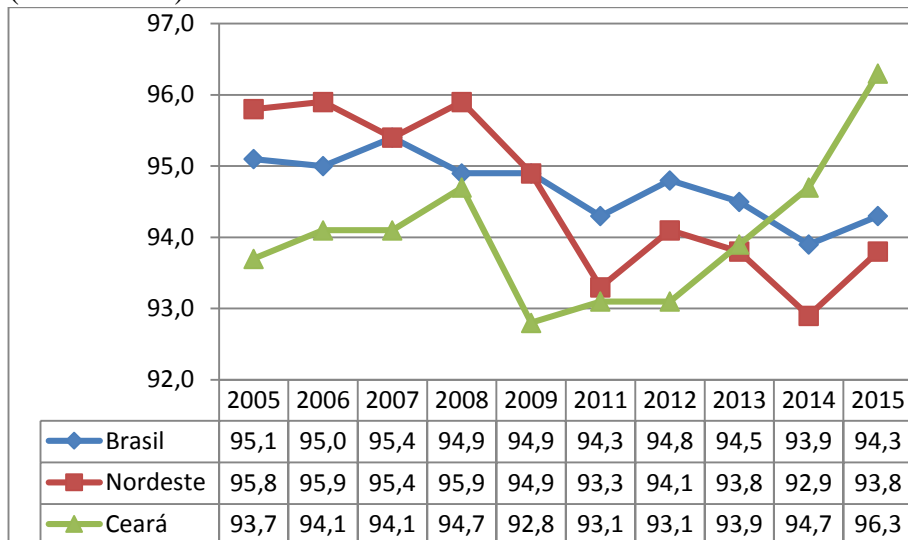
Gráfico 1.2: Taxa de Urbanização (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Um indicador usualmente utilizado nesse contexto é a razão de sexo, que representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres. Se esta for menor (maior) que 100, isto representará que há um número menor (maior) de homens que o de mulheres na população. Portanto, conforme o Gráfico 1.3 indica, em todos os casos pesquisados, a população masculina é inferior à feminina. Portanto, percebe-se que a população feminina é predominante no Ceará, acompanhando o padrão verificado no Brasil e no Nordeste no período de 2005 a 2015.

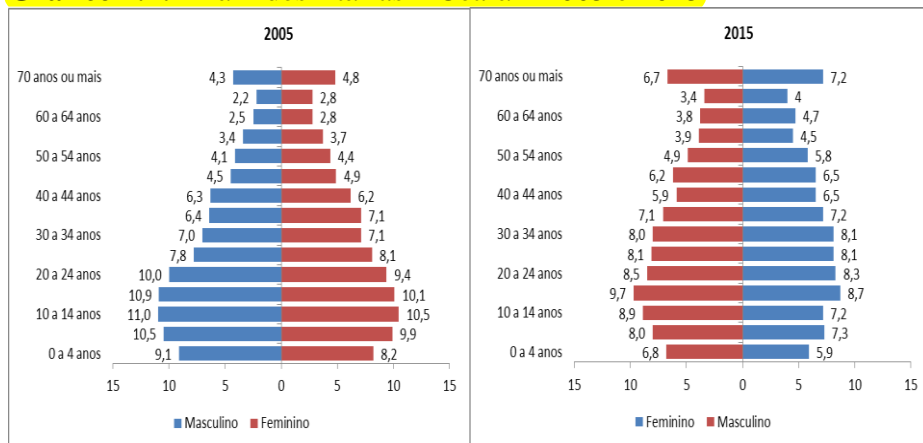
Gráfico 1.3: Razão Sexo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Uma das razões para que a população feminina tenda a ser maior que a masculina deve-se à maior expectativa de vida das mulheres. Isto pode ser verificado através da análise das pirâmides etárias do Ceará para os anos de 2005 e 2015.

Gráfico 1.4: Pirâmides Etárias – Ceará – 2005 e 2015



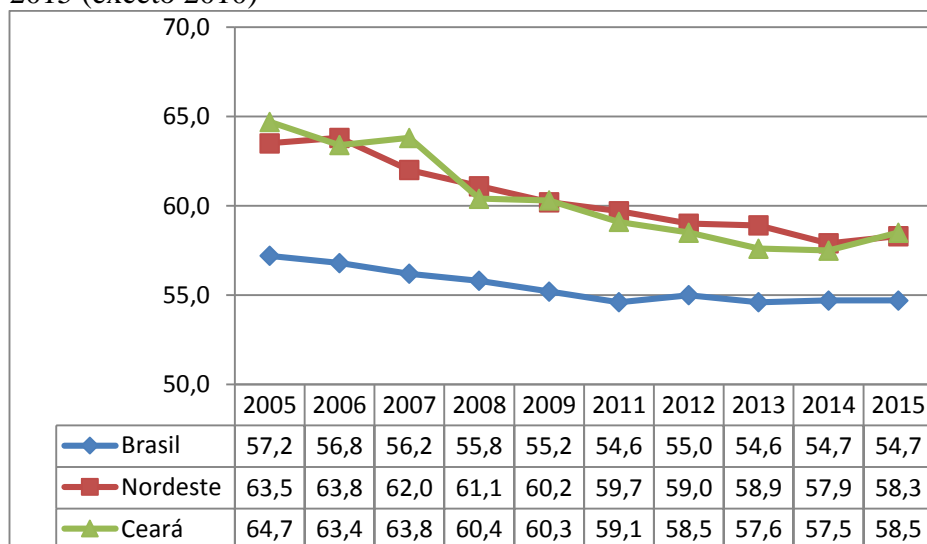
Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Conforme O Gráfico 1.4, constatou-se ao serem analisadas as pirâmides etárias do estado do Ceará para 2005 e 2015, que a população masculina é preponderante nas faixas etárias até 24 anos de idade. Em 2005 observou-se que a população feminina predominou das faixas com 25 anos ou mais, exceto entre 40 a 44 anos.

Na pirâmide de 2015 as populações masculinas e femininas se igualam na faixa de 25 a 29 anos e depois se observou um predomínio da população feminina sobre a masculina. Ao comparar o ano de 2005 com o de 2015 constatou-se que a pirâmide etária de 2015 tem a sua base menor e o pico mais largos que a pirâmide do ano de 2005.

Como um reflexo dos movimentos descritos acima, observa-se uma tendência de redução na razão de dependência, que representa a razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). O comportamento deste indicador é apresentado a seguir com a ajuda do Gráfico 1.5.

Gráfico 1.5: Razão de Dependência – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



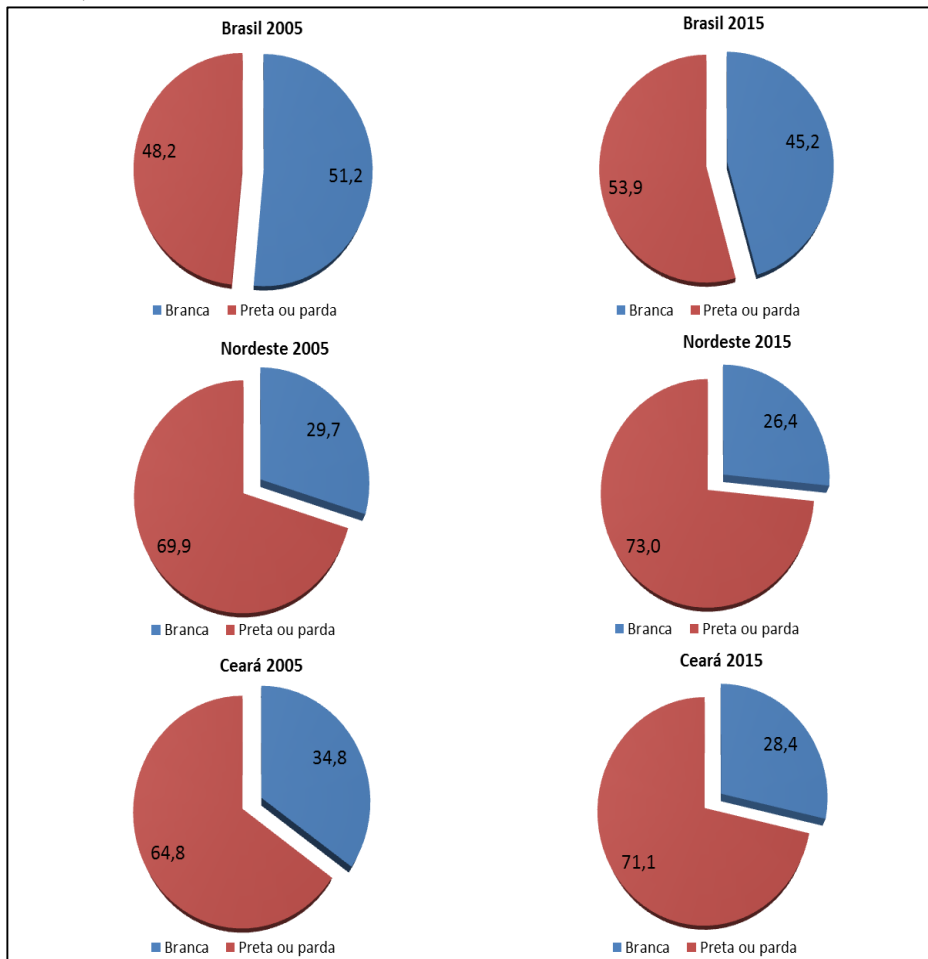
Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

De 2005 a 2011 houve a redução na razão de dependência ocorreu porque embora a população de idosos (65 anos e mais) tenha aumentado ao longo dos anos, a população de crianças (menores de 15 anos) vem caindo e esta tem um peso bem maior que os idosos na composição etária. Além disso, a população em idade ativa (15 a 64 anos) aumentou consideravelmente no período.

A estabilidade dessa razão de dependência é perceptível de 2012 a 2015 devido ao aumento da população de idosos (65 anos e mais) ao longo dos anos, a população de crianças (menores de 15 anos) vem caindo e esta tem um peso bem maior que os idosos na composição etária. Além disso, a população em idade ativa (15 a 64 anos) teve um aumento no período. Este fenômeno está associado, principalmente, sobre a queda da taxa de fecundidade, aliada ao aumento da expectativa de vida da população que provoca o envelhecimento da população.

A distribuição da população por cor ou raça demonstra a diversidade étnica do Brasil. Nesta parte do trabalho foram analisados dados para os grupos de cor/raça brancos, negros ou pardos, que representam mais de 99% da população, em todas as regiões analisadas. Os demais grupos, amarelos e indígenas, não possuem representatividade na amostra. Como grande maioria dos estudos optou-se por agrupar negros e pardos.

Gráfico 1.6: Distribuição da População por Cor ou Raça (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 e 2015.



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Em 2015, a população do Brasil que se declarou branca correspondia a 45,2% da população enquanto que negros ou pardos correspondiam a 53,9%. Em 2005, o percentual de brancos era de 51,2%, os negros ou pardos representavam 48,2% da população Brasileira. A maioria da população brasileira que antes se consideravam branca hoje se declara preta ou parda.

No Nordeste e no Ceará o percentual da população que se declarou branca em 2015 foi 26,4% e 28,4% respectivamente, enquanto

que os se declararam pretas ou pardas representam 73% e 71,1% respectivamente.

Considerando se tratar uma classificação subjetiva e baseada na declaração do entrevistado, nota-se o crescimento do número de pessoas que se declararam negras ou pardas. Os números apontam que a participação de cada grupo sofreu poucas alterações no período de 2005-2015.

2. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

Esta seção é destinada à caracterização dos domicílios particulares e permanentes², urbanos e rurais, apresentando um panorama geral com uma comparação do Ceará com o Nordeste e o Brasil, como um todo, em um período de tempo de 2005 a 2015. Apresenta os resultados dos indicadores referentes ao acesso de serviços e à posse de alguns bens duráveis, tais como: abastecimento de água, rede coletora de esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, posse de geladeira, máquina de lavar roupa, microcomputador com acesso à internet, celular como meio de acesso à internet e posse de carro ou moto como meio de locomoção. Tais indicadores mostram-se necessários de serem levantados no sentido de representar a qualidade de moradia dos indivíduos e auxiliar a classificá-la como adequada ou não.

2.1. Abastecimento de água

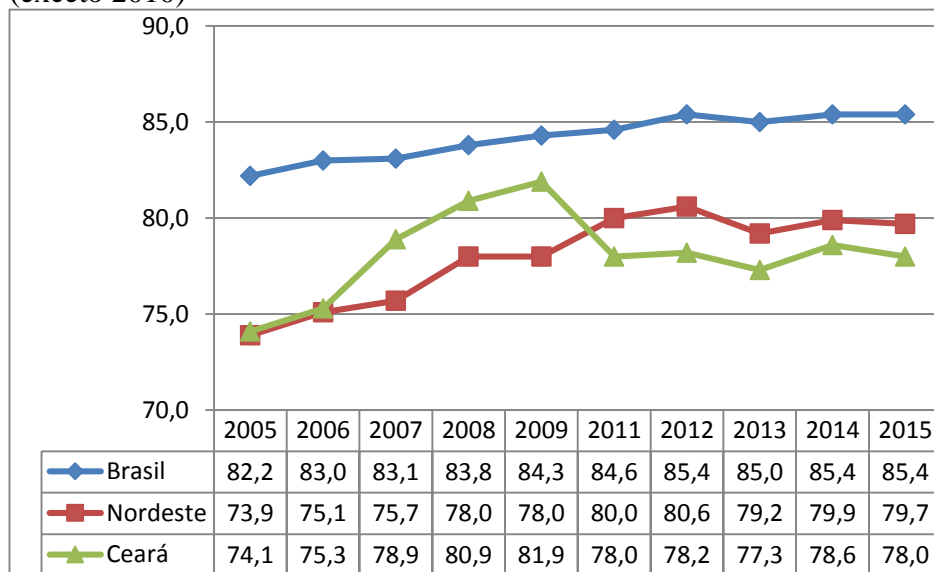
Esta primeira análise refere-se ao indicador de proporção de domicílios com abastecimento de água por uma rede geral de distribuição. Ou seja, identifica se o domicílio recebe água canalizada até a parte interna deste ou, no mínimo, externa. Através de tal indicador é possível quantificar os domicílios que possuem acesso à água considerada de qualidade para o uso diário. A falta de abastecimento de água pode trazer grandes impactos sobre a saúde, aumentando a vulnerabilidade às doenças de veiculação hídrica. Representando assim, um foco de fatores de risco epidemiológicos, sendo considerado um indicador de extrema importância ao auxiliar estudos na área de saúde pública.

De acordo com Gráfico 2.1, o Nordeste e o Ceará apresentam uma certa oscilação do indicador quando observado o período de 2005 a 2015. Em 2005, o Ceará apresentava uma taxa de cobertura relativamente maior que a do Nordeste (em 0,2 p.p), chegando a um nível máximo de 81,9% dos domicílios cobertos pelo serviço em 2009.

² De acordo com a publicação da PNAD 2015, o total de domicílios brasileiros particulares e permanentes foi registrado em 68.037.000 dos quais 17.837.000 são situados no nordeste e 2.833.000 no Ceará.

Ao comparar diretamente o ano de 2005 com 2015, o Nordeste apresentou um aumento em 5,8 p.p e o Ceará uma taxa de variação um pouco menor de 3,9 p.p, permanecendo abaixo da proporção brasileira em 7,4 p.p em 2015. Quando analisadas as evoluções das taxas em um período de 2011 a 2015, percebe-se que, enquanto o Brasil apresentou uma variação positiva, ainda que pequena (um pouco menor que 1%), o Nordeste apresentou uma queda no indicador e o Ceará não apresentou variação alguma reduzindo levemente a diferença com relação ao Nordeste (passando de uma diferença de 2 p.p para 1,7 p.p) e aumentando sua diferença com relação ao Brasil (passando de 6,6 p.p para 7,4 p.p). Quando comparado ao ano anterior, o Ceará apresentou uma leve queda no indicador de 0,6 p.p.

Gráfico 2.1: Proporção de domicílios com abastecimento de água pela rede geral de distribuição – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

2.2. Serviço de esgotamento sanitário

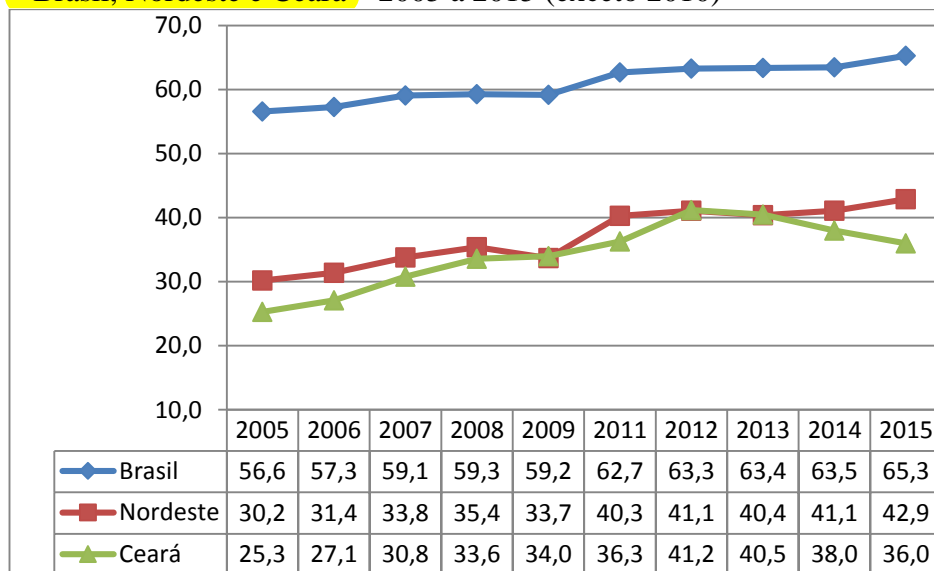
Quanto ao serviço de esgotamento sanitário dos domicílios brasileiros, nordestinos e cearenses, realiza-se a análise de três indicadores importantes: a proporção de domicílios ligados à rede

coletora de esgoto, a proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado e a proporção de domicílios especificamente urbanos com acesso a tal serviço. Nesse quesito, de acordo com a definição estabelecida pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), um domicílio é considerado com esgotamento sanitário adequado quando possui suas águas servidas e dejetos canalizados até um desaguadouro geral (rede coletora) seguida com seu devido tratamento. Ou o uso de uma fossa séptica quando esta é sucedida por um pós-tratamento ou uma unidade de disposição final. Assim, o atendimento de um domicílio é considerado precário quando a coleta de esgoto deste não é seguida de um tratamento ou utiliza uma fossa rudimentar.

O acesso ao serviço de esgotamento é de suma importância para condições mínimas de moradia, pois tem grandes impactos nas condições de saúde do domicílio e na poluição do meio ambiente.

Como demonstrado pelo Gráfico 2.2, os dados da PNAD expressam uma média dos domicílios cearenses com acesso ao serviço de esgotamento extremamente baixa, de apenas 34,3% entre 2005 e 2015. Em 2005, a porcentagem de domicílios cobertos pelo serviço era de apenas 25,3%, ficando 4,9 p.p e 31,3 p.p abaixo do nível nordestino e brasileiro, respectivamente. Até 2012, a taxa do Ceará segue uma tendência crescente aproximando-se da taxa do nordeste e chegando a superá-la em 2012 e 2013 (em 0,1 p.p em ambos os anos), porém, após esse período, a taxa decresceu até alcançar o patamar de 36% em 2015. Assim, ao comparar as taxas de 2005 e 2015, percebe-se um aumento de 10,7 p.p e uma diferença com o nordeste de 6,9 p.p e 29,3 p.p com o Brasil, ou seja, o Ceará afastou-se da taxa do Nordeste e aproximou-se um pouco mais da taxa brasileira. Comparando 2011 com 2015, destaca-se o fato da variação do Ceará ter sido negativa em 0,3 p.p, enquanto as variações do Brasil e do Nordeste foram positivas. De 2014 a 2015, apenas o Ceará teve uma variação negativa de 2 p.p na proporção de domicílios ligados á rede coletora de esgoto.

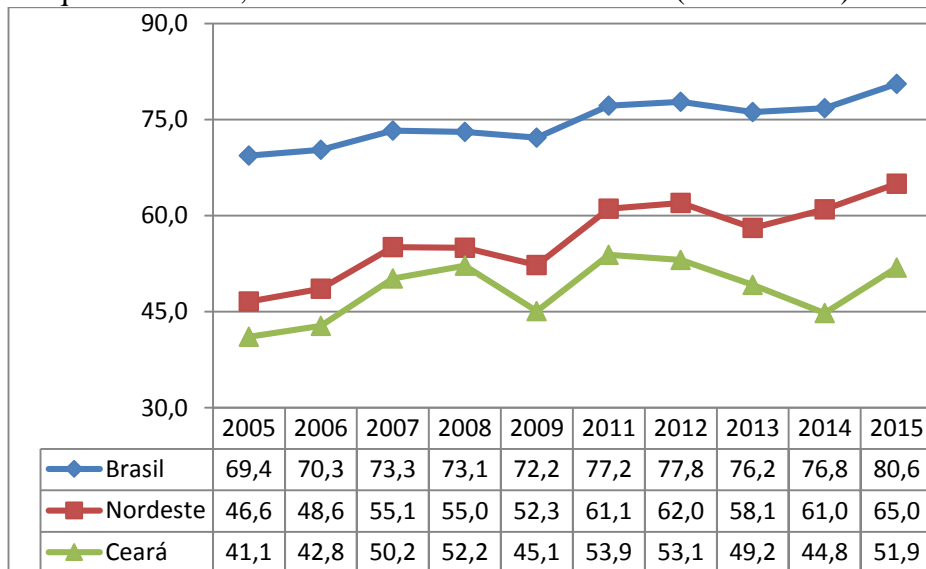
Gráfico 2.2: Proporção de domicílios ligados à rede coletora de esgoto – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Tendo em vista o baixo nível, em média, de domicílios do Ceará com acesso ao serviço de esgoto, resta analisar e quantificar os domicílios que de fato recebem esgotamento sanitário considerado adequado. De acordo com o gráfico 2.3, a proporção de domicílios cearenses com esgotamento sanitário adequado também teve um incremento entre 2005 e 2015, onde passou de 41,1% para 51,9%. Em 2011, tal taxa era de 53,9% e, ao compará-la com 2015, nota-se uma variação negativa de 2 p.p, ou seja, a população cearense apresentou uma redução no número de domicílios cobertos pelo serviço entre 2011 e 2015. Já de 2014 para 2015, o Ceará obteve um incremento de 7,1 p.p, porém ainda bem abaixo das taxas brasileira e nordestina. Observa-se que, em média, o Ceará apresenta uma situação precária quanto a este indicador com menos da metade da população (48,43%) coberta por tal serviço. Quando comparado à média Brasileira (74,69%) e à nordestina (48,43%), percebe-se o grande distanciamento do Ceará com as mesmas, terminando, em 2015, com uma diferença de 13,1 p.p com o nordeste e 28,7 p.p com o Brasil.

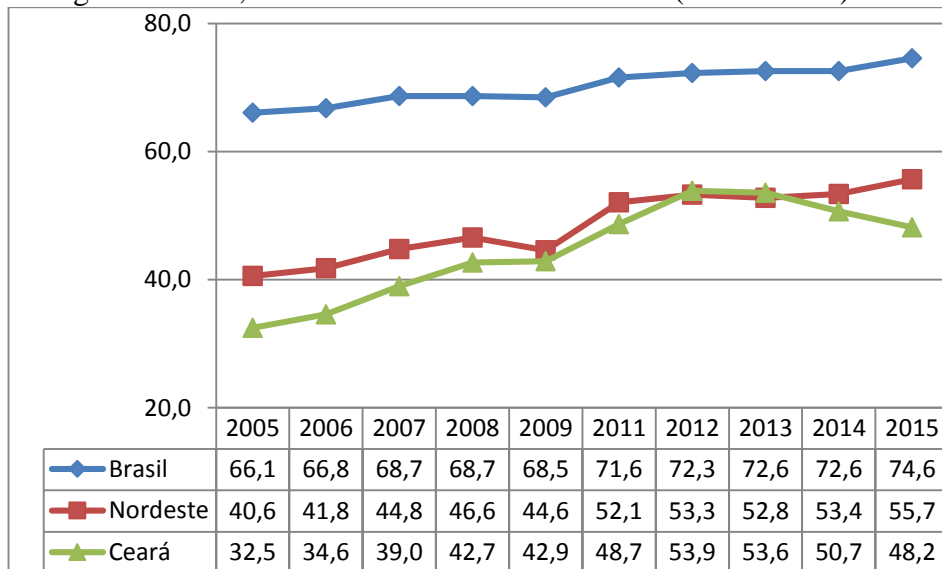
Gráfico 2.3: Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Considera-se importante destacar a proporção de domicílios urbanos com acesso ao serviço de esgotamento sanitário, pois é sabido que os domicílios dentro do perímetro urbano deveriam ter uma maior facilidade em ter acesso aos serviços públicos. Cabe descobrir se estes tem de fato uma cobertura considerada razoável. Tendo em vista que proporção de domicílios considerados urbanos no nordeste de 74,3% da população e a do Ceará alcança um patamar de 72,8% em 2015, ao analisar o Gráfico 2.4, a situação nas áreas urbanas do Ceará também é considerada precária. Em 2005, pouco mais de 30% dos domicílios urbanos tinham acesso à rede de esgotamento sanitário e, até 2015, houve um incremento de 15,7 p.p, porém dos domicílios urbanos cearenses, menos da metade (48.2%) recebem acesso ao serviço. O Ceará, em 2015, encontra-se muito abaixo das taxas nordestina e brasileira e, quando comparadas às médias no período de tempo considerado, tal diferença evidencia-se ainda mais onde a média cearense é de 44,68%, a nordestina de 48,57% e a brasileira 70,25%. Ainda comparado ao ano anterior, o Ceará apresentou uma redução de 2,5 p.p nesta proporção de domicílios.

Gráfico 2.4: Proporção de domicílios urbanos ligados à rede coletora de esgoto – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



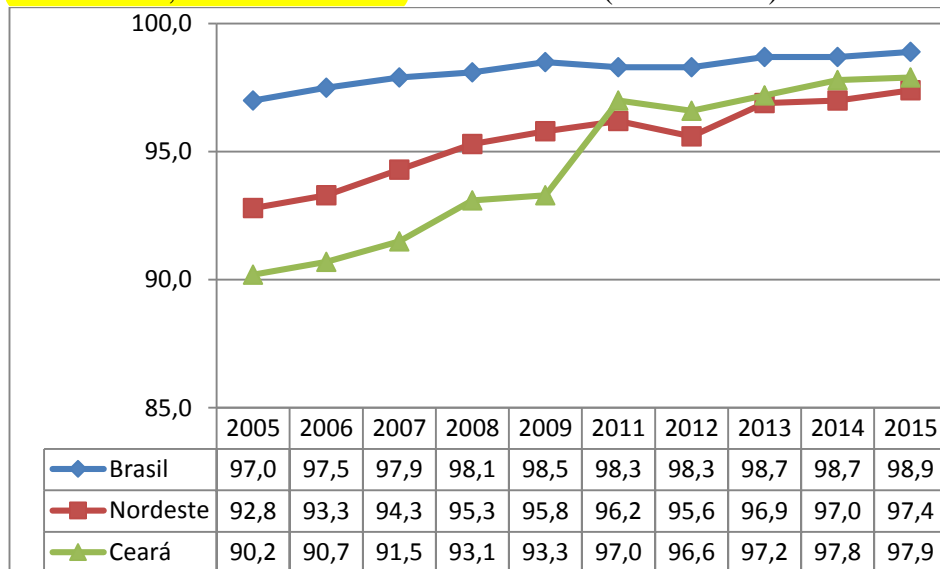
Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

2.3. Serviço de coleta de lixo.

O serviço de coleta de lixo é um indicador importante a ser analisado, pois destaca importantes condições de moradia relacionadas a fatores risco à saúde, e até mesmo questões ambientais, como a poluição. De acordo com o IBGE, um domicílio urbano é considerado com coleta de lixo adequado caso o lixo domiciliar seja coletado por uma empresa, pública ou privada, no domicílio ou indiretamente. Neste último caso, o lixo é depositado inicialmente em uma caçamba e em seguida recolhido por uma empresa especializada.

Em uma breve análise do Gráfico 2.5, percebe-se que a cobertura da coleta de lixo em domicílios urbanos no Ceará, ainda que um pouco menor que a do Brasil, melhorou consideravelmente de 2005 a 2015 em 7,7 p.p, alcançando a taxa de quase 98% dos domicílios urbanos cobertos. Importante destacar que, desde 2011, o Ceará vem superando a taxa do Nordeste indicando um ponto positivo dos serviços públicos fornecidos no estado.

Gráfico 2.5: Proporção de domicílios urbanos com coleta adequada do lixo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



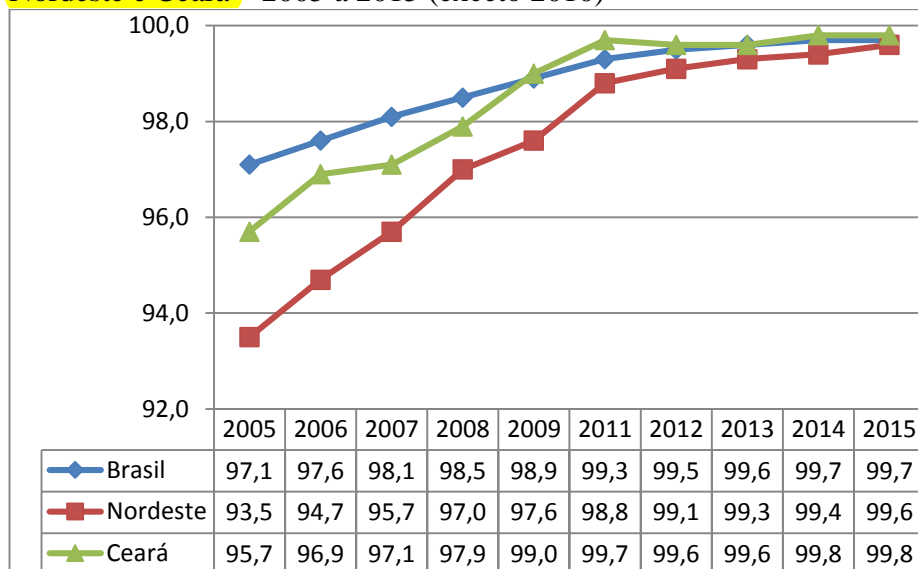
Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

2.4. Serviço de distribuição de energia elétrica

O indicador que diz respeito à porcentagem dos domicílios que recebem energia elétrica também é considerado importante na análise das condições dos domicílios cearenses por estar relacionado à questão de inclusão social, bem como contribuir para a análise no nível de desenvolvimento da região. De acordo com o IBGE, um domicílio é caracterizado por possuir energia elétrica caso ele receba tal serviço advindo de uma rede geral ou alguma outra forma, tais como gerador, conversor de energia solar ou outras.

Com relação ao total de domicílios com acesso à energia elétrica, é importante ressaltar que o Ceará atinge excelente patamar chegando a 99,8% dos domicílios cobertos e, desde 2009, chega a superar a média nacional em domicílios cobertos.

Gráfico 2.6: Proporção de domicílios com energia elétrica – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)

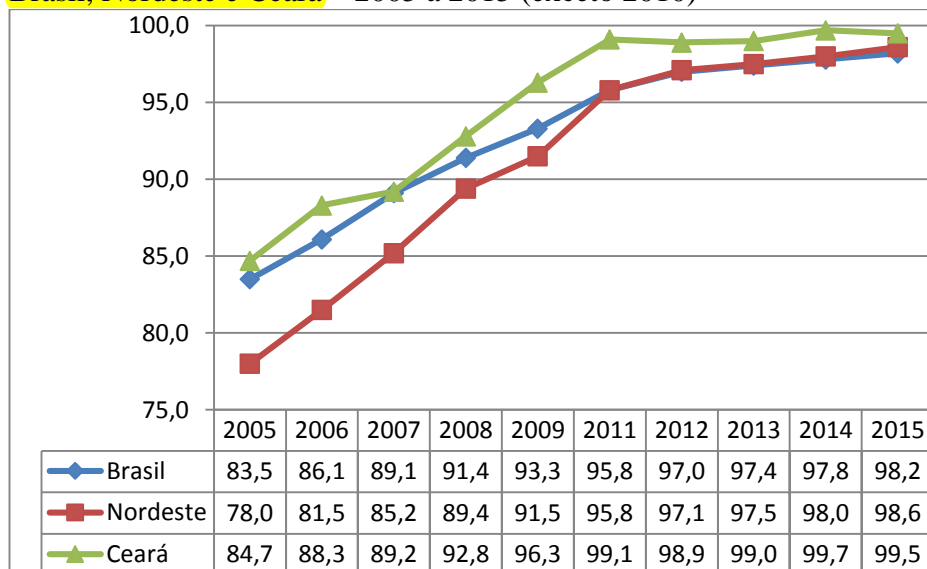


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Considerando as diferenças regionais existentes entre os domicílios rurais e urbanos, destaca-se a importância da análise dos domicílios rurais com acesso à energia elétrica, dado que os domicílios rurais enfrentam maiores dificuldades para dispor de tal serviço. Considerando o Gráfico 2.7, percebe-se uma evolução de tal indicador para o Ceará de 14,8 p.p comparando 2005 com 2015. Ao comparar com as taxas nacional e nordestina, percebe-se que o Ceará sempre esteve acima destas no período destacado, apresentando apenas uma leve queda de 2014 para 2015 em 0,2 p.p. No entanto, continuando acima do Brasil e Nordeste.

Quanto às médias de cobertura dos domicílios rurais, percebemos que o Ceará, com uma média de 94,75%, está acima em 1,79 p.p da média brasileira (92,96%) e 3,49 p.p da média nordestina (91,26%).

Gráfico 2.7: Proporção de domicílios rurais com energia elétrica – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

2.5. Posse de bens duráveis

Nesta seção destaca-se a análise dos indicadores que dizem respeito à posse de bens duráveis, especificamente, a proporção de domicílios que possuem geladeira, máquina de lavar roupa, telefone celular, computador com acesso à internet, posse de carro ou motocicleta para locomoção. A importância da análise de tais indicadores consiste na classificação de domicílios com relação a fatores como a inclusão social, bem como a qualidade de vida do indivíduo que, através da posse de determinados bens, passam a ter uma disponibilidade maior de tempo para dedicar-se a outras atividades de seu interesse.

O primeiro indicador a ser destacado é a proporção de domicílios com geladeira. A partir do momento que o indivíduo dispõe de um bem como a geladeira, este possui um aumento em sua qualidade de vida, pois consegue conservar melhor seus alimentos, ter uma alimentação mais saudável e, consequentemente, possível melhoras nas condições de saúde do domicílio.

De acordo com o Gráfico 2.8, o Ceará, inicialmente, possuía uma proporção de domicílios com posse desse bem relativamente baixa, sendo de um pouco mais de 70% dos domicílios em 2005. Quando comparados os períodos de 2005 a 2015, esta proporção teve um aumento de 26,6 p.p ficando mais próximo da taxa do país. Em 2015, o estado ultrapassa a taxa do Nordeste (em 1,1 p.p) e ficando apenas 0,7 p.p abaixo da taxa nacional. Demonstrando assim, um claro avanço do estado com relação a esse indicador.

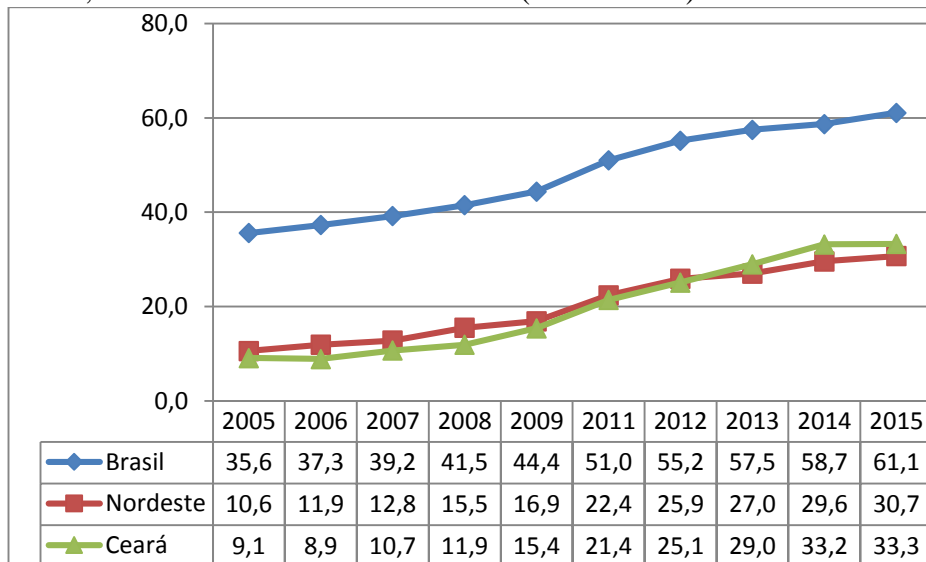
Gráfico 2.8: Proporção de domicílios com geladeira – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Quanto à análise do indicador da proporção de domicílios com máquina de lavar, representado pelo Gráfico 2.9, pode-se observar uma variação de 24,2 p.p da taxa do Ceará passando de 9,1% dos domicílios cearenses para 33,3% destes. Apesar de uma variação relativamente grande ao considerar os anos 2005 e 2015, o Ceará ainda está bem abaixo da taxa de 61,1% dos domicílios brasileiros (uma diferença de 27,8 p.p) e um pouco acima da taxa nordestina, também considerada baixa, de 30,7%. Ou seja, considerados os 2.833.000 domicílios cearenses estimados em 2015, apenas 943.389 domicílios possuíam máquina de lavar roupa.

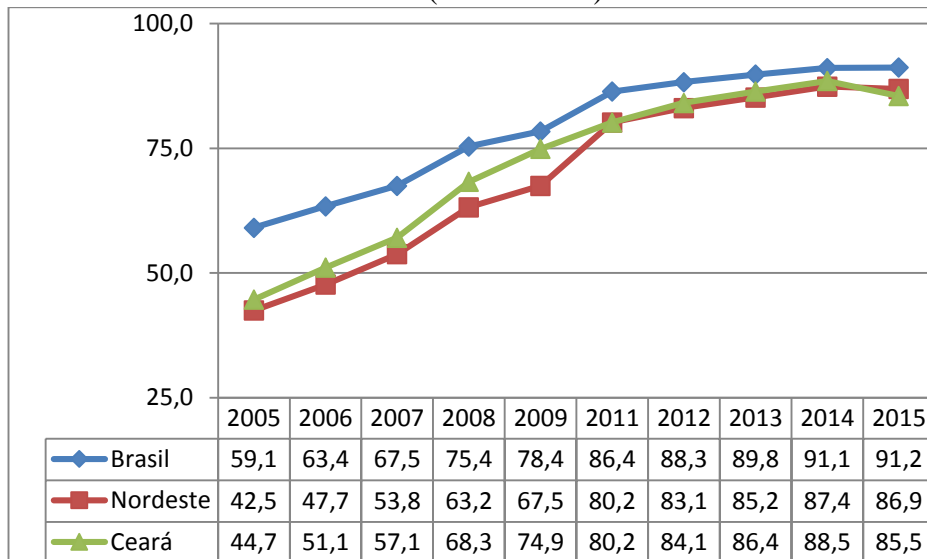
Gráfico 2.9: Proporção de domicílios com máquina de lavar roupa – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Um fato interessante a ser destacado é que com as diversas funções que um telefone celular passou a assumir na última década, seu uso tem aumentado cada vez mais neste período. Tal avanço é explicitado pelo Gráfico 2.10 onde destaca a taxa crescente de domicílios no Ceará que utilizam o aparelho. De 2005 para 2015, houve uma variação positiva de um pouco mais de 40% para o Ceará. Uma variação um pouco maior quando comparada à variação do Brasil (32,1 p.p) e um pouco menor quando comparada à variação do nordeste (44,4 p.p). Apenas quando comparadas as variações de 2014 a 2015 nota-se uma queda na taxa do Ceará de 3 p.p. Em 2015, observa-se que, enquanto o país alcança o patamar 91,2% dos domicílios com telefone celular, o Nordeste e o Ceará ficam um pouco abaixo com 86,9% e 85,5%, respectivamente, indicando uma diferença de 4,3 p.p entre a proporção de domicílios brasileiros e cearenses e uma diferença de 1,4 p.p entre os domicílios nordestinos e cearenses que possuem o aparelho.

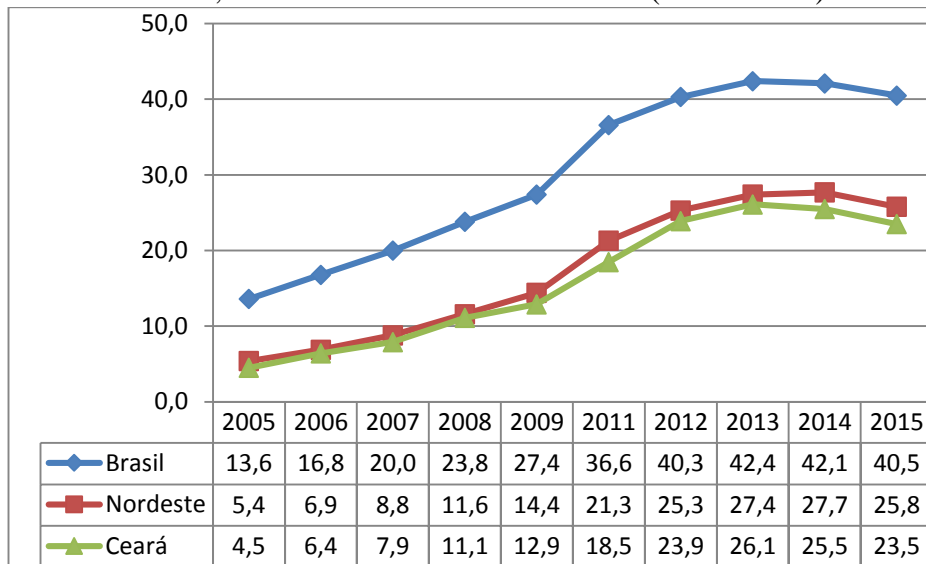
Gráfico 2.10: Proporção de domicílios com telefone celular – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

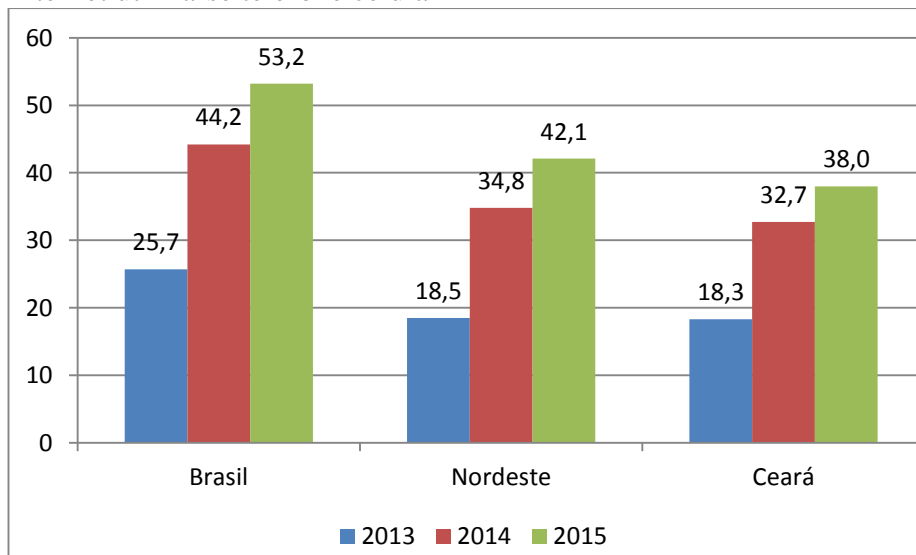
De acordo com o Gráfico 2.11a, em 2015, a proporção de domicílios do Ceará com computador com acesso à internet encontrava-se na margem de 23,5%, ou seja, aproximadamente 665.755 domicílios cearenses. Apresentava uma diferença de 2,3 p.p com o Nordeste e 17 p.p com o Brasil. Apesar de demonstrar uma evolução deste indicador (de 19 p.p quando comparados 2005 com 2015), é interessante observar que o Ceará apresentou uma retração pelo segundo ano consecutivo desde 2013 (quando atingiu o seu máximo de 26,1% dos domicílios) e, quando comparada esta trajetória (de 2013 a 2015) com a proporção de domicílios que utilizam o celular para acessar a internet (Gráfico 2.11b), percebe-se que, enquanto o indicador de posse de computador apresentou uma retração (de 1,9 p.p para o Brasil, 1,6 para o Nordeste e 2,6 p.p para o Ceará), o indicador do uso do celular para acesso à internet apresentou uma variação positiva de 27,5 p.p, 23,6 p.p e 19,7 p.p neste mesmo período de tempo para o Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente. Assim, o aumento do uso do celular como meio de acesso à internet, pode, possivelmente, ser levado em consideração ao explicar tal retração no indicador de domicílios que possuem computador com acesso à internet.

Gráfico 2.11a: Proporção de domicílios com computador com acesso à internet – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

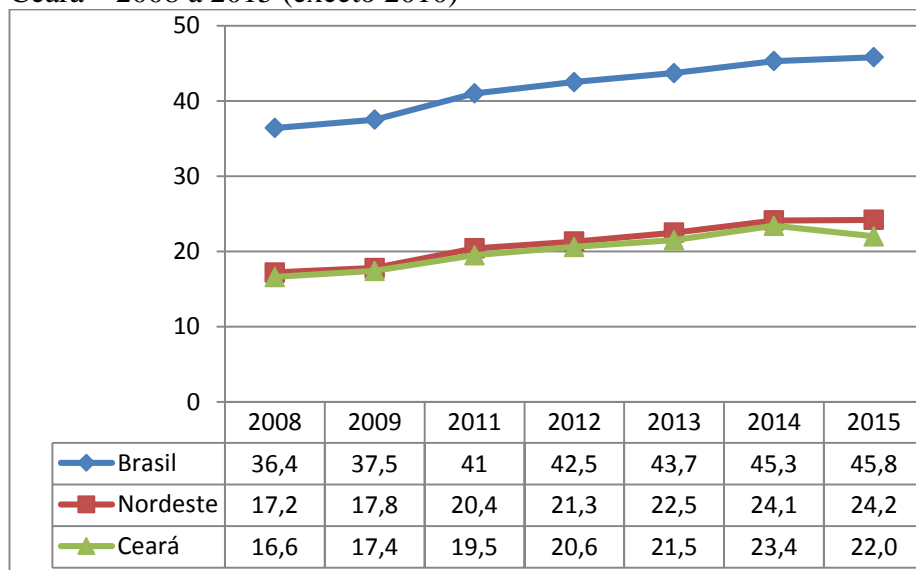
Gráfico 2.11b: Proporção de domicílios nos quais para acessar a Internet utiliza-se telefone celular



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Quanto ao indicador de proporção de domicílios com carro, este é contabilizado pelos domicílios nos quais ao menos um morador possui um carro como forma de locomoção para uso pessoal sendo representado este pelo Gráfico 2.12. Ao comparar o período de tempo entre 2008 e 2015, percebe-se que o Ceará apresentou a menor taxa de variação neste período (de 5,4 p.p) e, em 2015, atingiu o patamar de 22% (correspondendo a um total de 623.260 domicílios com carro) sendo abaixo da taxa nordestina (em 2,2 p.p) e menos da metade quando comparada à taxa brasileira (23,8 p.p de diferença). Enquanto o Brasil e o Nordeste apresentaram uma variação positiva em tal indicador quando comparados ao ano anterior, o Ceará apresentou uma variação negativa de 1,4 p.p, distanciando-se ainda mais do Nordeste e, consequentemente, do Brasil.

Gráfico 2.12: Proporção de domicílios com carro – Brasil, Nordeste e Ceará – 2008 a 2015 (exceto 2010)

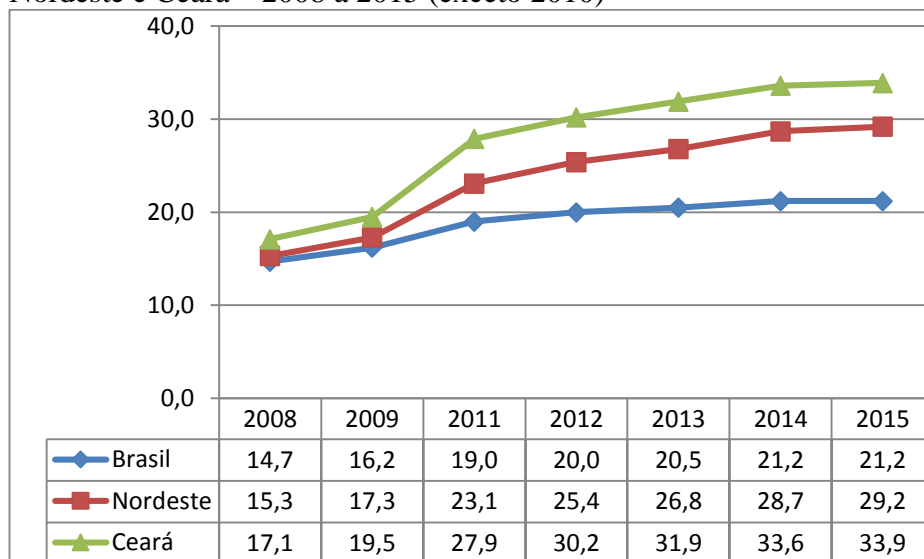


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Considerando o período de 2008 a 2015, a proporção de domicílios que possuem motocicleta no Ceará foi superior à taxa do Brasil e do Nordeste ao longo desses anos, apresentando uma variação positiva total de 16,8 p.p. Em 2015, o Ceará obteve a taxa de 33,9% dos

domicílios com pelo menos um morador com posse de motocicleta (totalizando 960.387 domicílios) ficando 4,7 p.p acima do nordeste e 12,7 p.p acima da taxa do Brasil. Quando comparado ao ano anterior, o Ceará obteve um incremento de 0.3 p.p no mesmo indicador.

Gráfico 2.13: Proporção de domicílios com motocicleta – Brasil, Nordeste e Ceará – 2008 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

3. SAÚDE

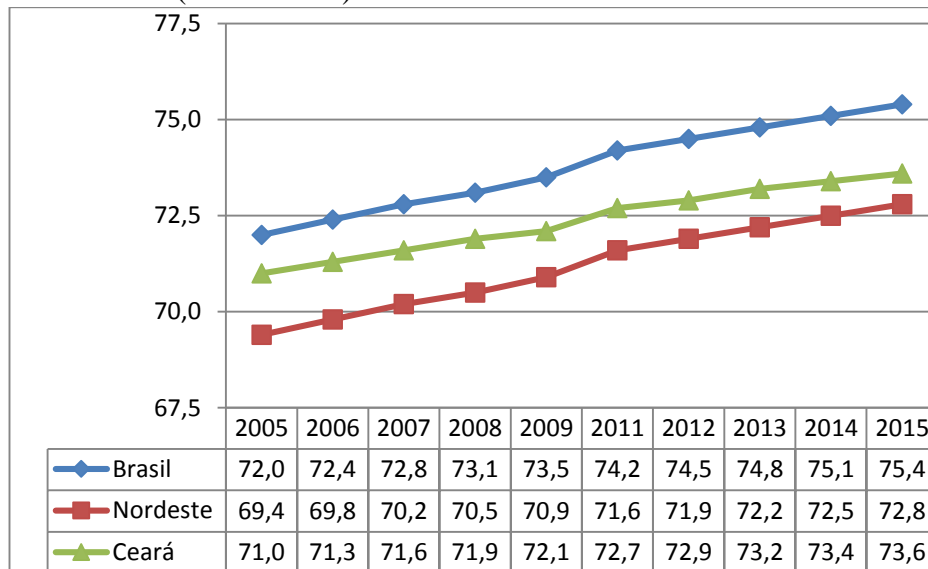
Nesta seção da Síntese de Indicadores Sociais são apresentados diversos indicadores de saúde da população cearense seguindo o padrão de comparação com os indicadores para a região Nordeste e Brasil. Inicialmente, a subseção relativa à saúde geral da população traz o comportamento da esperança de vida e da taxa de mortalidade infantil no tempo. Em seguida, a saúde da criança ao nascer é destacada por estar diretamente relacionadas às chances de um recém-nascido sobreviver até o primeiro ano de vida. Por fim, a seção de saúde apresenta indicadores relacionados às principais causas de morte na população cearense, isto é, mortes por doenças crônicas não transmissíveis (exemplo, doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias, etc.) e mortes causas externas (mortes por agressão e mortes no trânsito).

3.1. Saúde Geral

A esperança de vida e a taxa de mortalidade infantil não somente expressão a saúde geral da população, como também revelam o comportamento do padrão demográfico da população. A esperança de vida informa a média de anos esperados de vida para um recém-nascido, mantendo-se constante o atual padrão de mortalidade da população residente. Em outras palavras, o indicador expressa a melhoria das condições de vida e de saúde da população.

O Gráfico 3.1 mostra a evolução deste indicador no tempo para Ceará, Nordeste e Brasil, entre os anos de 2005 e 2015. A esperança de vida no Ceará em 2005 era de 71 anos, passando a 73,6 em 2015. O Ceará manteve-se acima da média observada para o Nordeste, mas ainda abaixo da esperança de vida mensurada para o Brasil, a qual atingiu 75,4 anos em 2015.

Gráfico 3.1: Esperança de vida ao nascer – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)

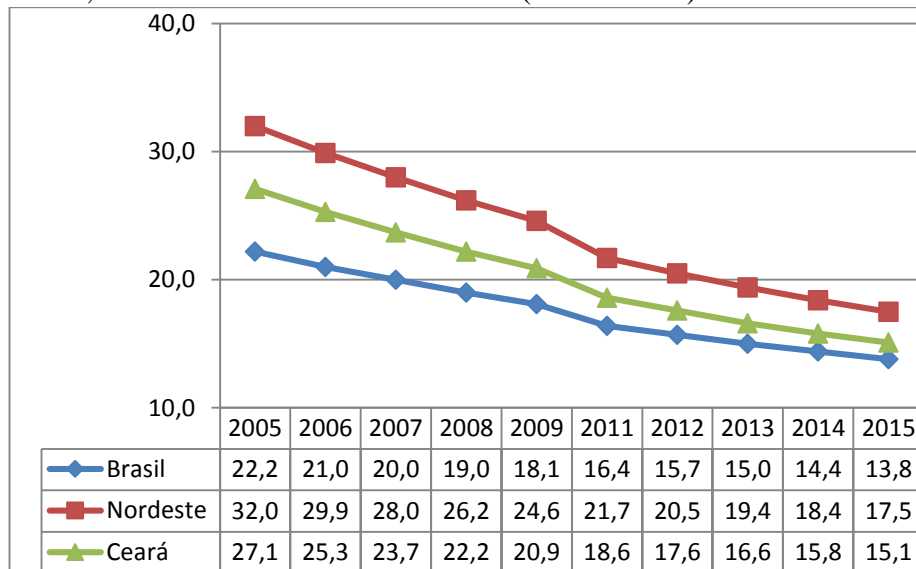


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Percebe-se ainda que nesse período a esperança de vida cresceu 3,7% no Ceará, enquanto o Nordeste e o Brasil cresceram respectivamente 4,9% e 4,7%. Ou seja, outros estados da região Nordeste melhoraram suas condições de vida mais rápido do que o Ceará entre 2005 e 2015.

Em parte esse resultado pode ser explicado, em parte, pelo comportamento da taxa de mortalidade infantil, pois os óbitos infantis possuem impacto direto na mensuração da esperança de vida de uma população. O Ceará apresentou redução de 44,3% neste indicador, saindo de 27,1 óbitos de crianças menores de um ano de vida por cada 1.000 nascidas vivas em 2005, para 15,1 em 2015. Este é um resultado que mostra a melhora contínua na saúde no primeiro ano de vida.

Gráfico 3.2: Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

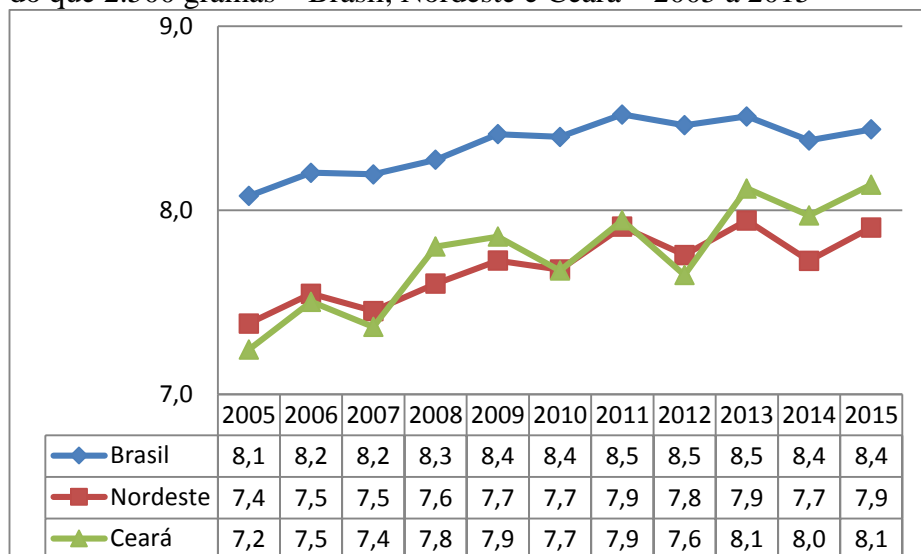
Apesar de o Estado ter apresentado valores inferiores à taxa de mortalidade infantil verificada para a região Nordeste, não foi possível alcançar a média nacional que chegou a aproximadamente 14 óbitos de crianças menores de um ano de vida em 2015. Por outro lado, o ritmo de queda foi mais forte no Ceará e Nordeste (-44,3% e -45,3%) do que o observado para o país como um todo (-37,8%).

3.2. Saúde ao Nascer

As informações para a construção dos indicadores de saúde ao nascer são provenientes do Sistema de Nascidos Vivos do Ministério da Saúde e disponibilizados pelo DATASUS. Inicialmente, analisa-se a proporção de recém-nascidos cujo peso ao nascer ficou abaixo de 2.500 gramas. Esse é um importante indicador de saúde das crianças no início da vida, sendo um importante preditor para o desenvolvimento infantil. Ademais, essa variável captura as adversidades enfrentadas pela criança durante a gestação como o estresse materno e a privação nutricional.

O Gráfico 3.3 mostra a variação da proporção de recém-nascidos com peso ao nascer menor do que 2.500 gramas. As evidências apontam para uma trajetória de crescimento da proporção de crianças com baixo peso ao nascer para o Ceará e região Nordeste. Embora tenha havido flutuações nos valores, essa proporção saltou de 7,2 para 8,1 entre 2005 e 2015 no Ceará. Ou seja, um crescimento de 12,5%. Esse crescimento fez com que o Ceará superasse a proporção observada de recém-nascidos com baixo peso no Nordeste (7,9%) em 2015, e se aproximasse do valor calculado para o Brasil (8,4%). Vale salientar que essa proporção se manteve estável para o país como um todo entre 2009 e 2015.

Gráfico 3.3: Proporção de nascidos vivos cujo peso ao nascer é menor do que 2.500 gramas – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015



Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IPECE.

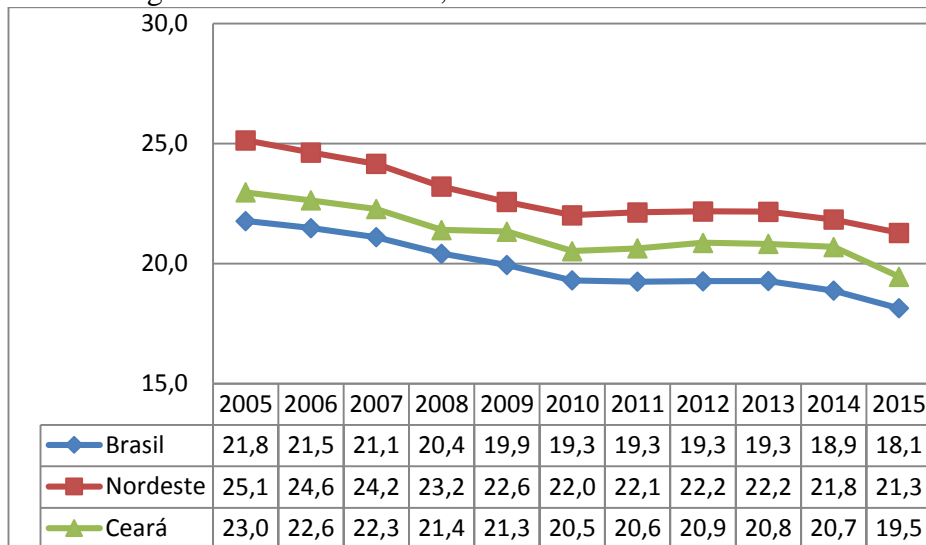
Embora a saúde infantil de 0 a 1 ano de vida tenha melhorado entre 2005 e 2015 (ver Gráfico 3.2), a saúde ao nascer apresentou uma tendência de deterioração no mesmo período. As políticas públicas devem focar a fase gestacional no intuito de promover a saúde materna e da criança ainda no útero. Vale salientar que uma significativa parcela da variação da taxa de mortalidade infantil está associada à mortalidade neonatal que, em última instância, possuem fatores de riscos associados ao período gestacional.

O Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos apresenta também informações relevantes sobre as características das mães. Dentre elas a idade é uma importante variável que permite saber o comportamento das gestações precoces e tardias. Neste caso, os Gráficos 3.4 e 3.5 apresentam a trajetória da proporção de nascimentos nas faixas etárias 19 anos ou menos, e 35 anos ou mais.

Particularmente, a gravidez na adolescência provoca grandes transformações socioeconômicas na vida das mulheres ainda na juventude, além dos riscos à saúde materna e ao recém-nascido. Mães adolescentes são mais prováveis de viverem na condição de pobreza e em áreas rurais, além de possuírem menos educação segundo a Organização Mundial de Saúde. Ademais, há riscos elevados de complicações durante a gravidez e o parto que podem resultar em morte materna, aborto ou óbito do recém-nascido nas primeiras semanas de vida.

O Gráfico 3.4 mostra redução da proporção de recém-nascidos cujas mães possuem idade menor do que 19 anos no Ceará. Essa redução segue uma tendência também observada para a região Nordeste e Brasil. Em 2005, a proporção de crianças nascidas de mães adolescentes era de 23% no Ceará, caindo para 16,5% em 2015. Ademais, o Ceará possui proporções menores do que as evidenciadas para a região Nordeste, mas ainda superiores aos valores observados para o Brasil.

Gráfico 3.4: Proporção de nascidos vivos cujas mães tinham idade menor ou igual a 19 anos – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015

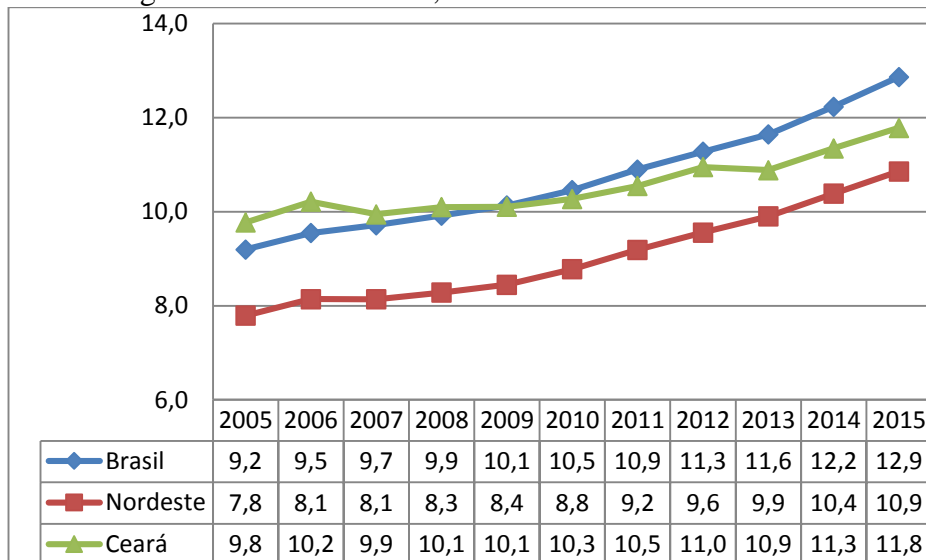


Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Se por um lado a proporção de recém-nascidos de mães adolescentes tem diminuído ao longo dos últimos dez anos, a proporção de recém-nascidos de mães adultas com idade de 35 ou mais anos de idade tem aumentado regularmente nesse período como mostra o Gráfico 3.5. Em 2005, a proporção de recém-nascidos de mães com idade de 35 anos ou mais era de 9,8%, estando acima dos valores observado para o Nordeste (7,8%) e para o Brasil (9,2%). Em 2015, essa proporção cresceu 20,4%, chegando a 11,8%. Já o crescimento observado na região Nordeste (39,7%) e em todo o país (40,2%) foi mais elevado no mesmo período.

Essa evidência sugere que o adiamento da gravidez é um fenômeno que está ocorrendo em todo o país, mas com menos força no Ceará. Esse fenômeno demográfico pode ser explicado entre outros fatores pela busca por mais qualificação (estendendo o número de anos de estudo) e pela participação no mercado de trabalho por parte das mulheres. Todavia, é importante ressaltar que a gravidez em idade avançada também pode trazer riscos à saúde da mulher e da criança. Desta forma, as políticas públicas em saúde também devem atentar para esse grupo de mulheres cada vez maior na população.

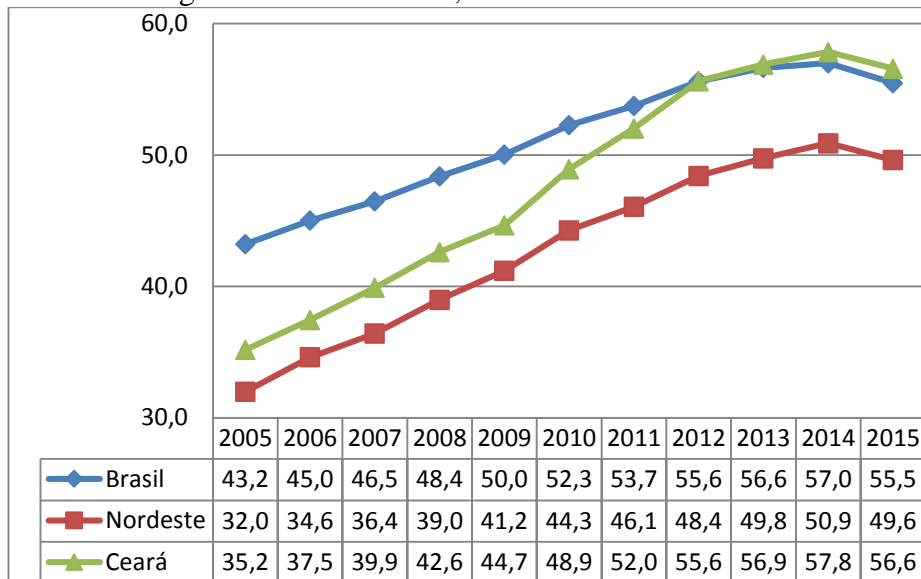
Gráfico 3.5: Proporção de nascidos vivos cujas mães tinham idade maior ou igual a 35 anos – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015



Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Outra evidência importante diz respeito à proporção de nascimentos por meio de cesarianas. O estado do Ceará que possuía uma proporção de aproximadamente 35% dos nascimentos realizados por este método experimentou um crescimento de 60,8% entre 2005 e 2015, alcançando impressionantes 56,6% dos nascimentos via cesarianas. Em 2014, essa proporção chegou a ser ainda maior, 57,8%, ultrapassando o valor observado para o país como um todo e se distanciando da região Nordeste.

Gráfico 3.6: Proporção de nascidos vivos cujo parto foi realizado por meio de cirurgia cesariana – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015



Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IPECE.

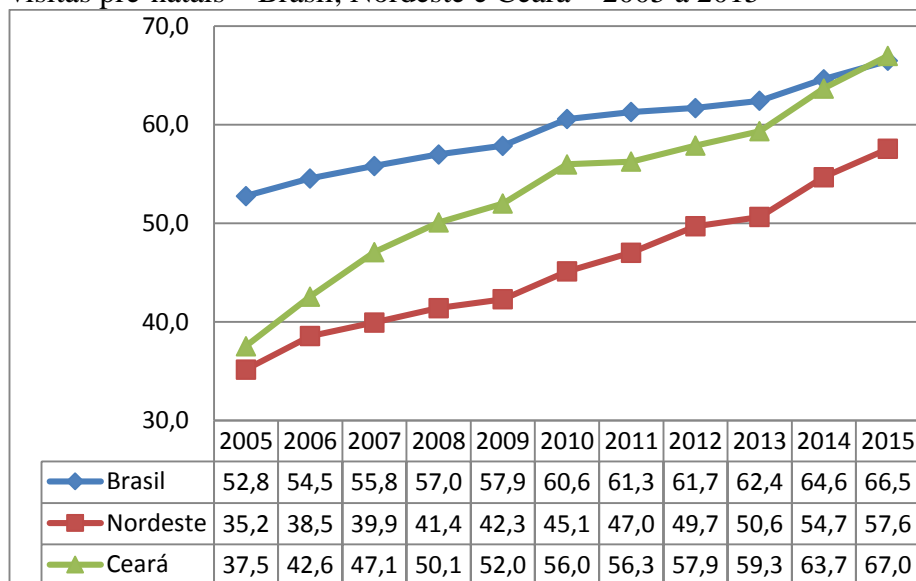
Há diversos fatores que podem ter contribuído para esse crescimento desproporcional das cesarianas no Ceará e em todo o país, dentre eles a falta de informação com respeito ao parto normal e medo das gestantes com respeito às possíveis dores do parto. É importante também ressaltar que a saúde obstétrica no Brasil está estruturada para a cesariana, ou seja, para o modelo biomédico. Embora a cirurgia cesariana possa salvar a vida da criança em situações de complicações no parto, esse método pode trazer riscos à saúde da mãe e da criança quando usados de maneira desnecessária, além de aumentar a quantidade e o tempo de internação hospitalar.

Em 2015, entretanto, a Agência Nacional de Saúde suplementar tornou mais rígida as regras para a realização de cirurgia cesariana no Brasil. Tais mudanças parecem estar revertendo a tendência de crescimento das cirurgias cesarianas em todo o país. As novas regras exigem, por exemplo, um rígido protocolo para justificar a realização da cirurgia cesariana. Caso contrário, o médico responsável não terá seu remunerado pelo serviço prestado, especialmente aqueles ligados aos planos de saúde. Também, há proposições de mudanças quanto ao modelo de atendimento às gestantes em trabalho de parto. Uma das

estratégias preconiza a realização do parto pelo plantonista da maternidade. Outro modelo a gestante será apoiada por uma equipe multidisciplinar até a chegada do médico de sua confiança. Desta forma, espera-se reduzir as cesarianas com datas marcadas, as quais podem estar diretamente relacionadas ao aumento da incidência de partos prematuros no Brasil.

Vale salientar também o aumento da proporção de nascidos vivos, cujas mães realizaram pelo menos 7 visitas pré-natais ao longo da gestação. Segundo a Organização Mundial de Saúde, são necessárias ao menos oito visitas para que seja possível reduzir os riscos de morte perinatal e elevar a experiência materna quanto aos cuidados durante a gestação³.

Gráfico 3.7: Proporção de nascidos vivos mães realizaram 7 ou mais visitas pré-natais – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015



Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 3.7 mostra que 37,5% dos nascidos vivos em 2005 haviam passado por pelo menos 7 visitas pré-natais ao longo da gestação. Esse número cresceu aproximadamente 79% em 10 anos, chegando a 67% em 2015. Neste último ano da série, o Ceará se

³ <http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2016/antenatal-care-guidelines/en/>

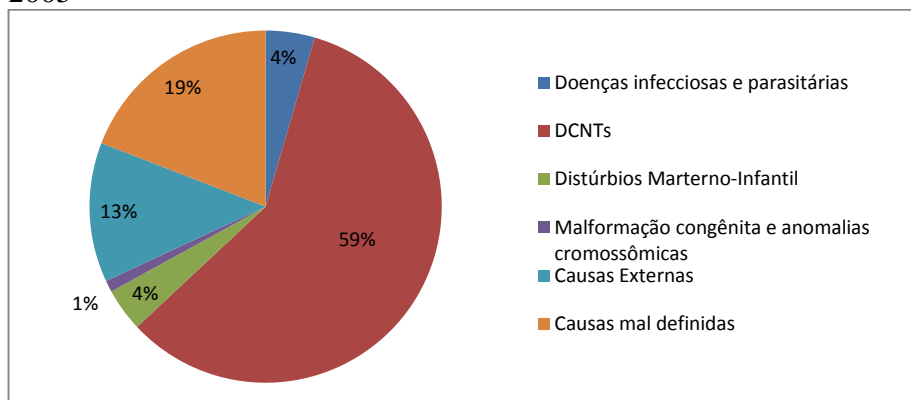
distanciou da região Nordeste e ultrapassou o valor observado para o Brasil (66,5%). Esse é um importante indicador de desempenho para a saúde infantil no Ceará, o qual mostra o aumento do cuidado materno durante a fase gestacional.

3.3. Causas de Morte

Nesta subseção dos indicadores sociais, são explorados os dados do Sistema de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. O foco da análise recai sobre as mortes por doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e por causas externas. No caso das mortes por doenças crônicas não transmissíveis, analisa-se a tendência temporal das mortes por doenças cardiovasculares, neoplasias (câncer), diabetes e doenças respiratórias, especialmente em idade prematura (entre 30 e 69 anos de idade). Em relação às mortes por causas externas, o foco é dado às mortes por acidente de trânsito e por agressões.

O Gráfico 3.8a mostra a participação das principais causas de morte na população cearense. No respectivo ano, 59% dos óbitos foram causados por DCNTs, enquanto 13% estavam associadas às causas externas. As doenças infecciosas e parasitárias representavam apenas 4% dos óbitos, assim como as mortes causadas por distúrbios materno-infantil. Mortes por malformação congênita e por anomalias cromossômicas representavam 1% do total de óbitos. Vale salientar que as causa mal definidas representavam 19% do total de óbitos.

Gráfico 3.8a: Principais causas de mortes na população cearense em 2005

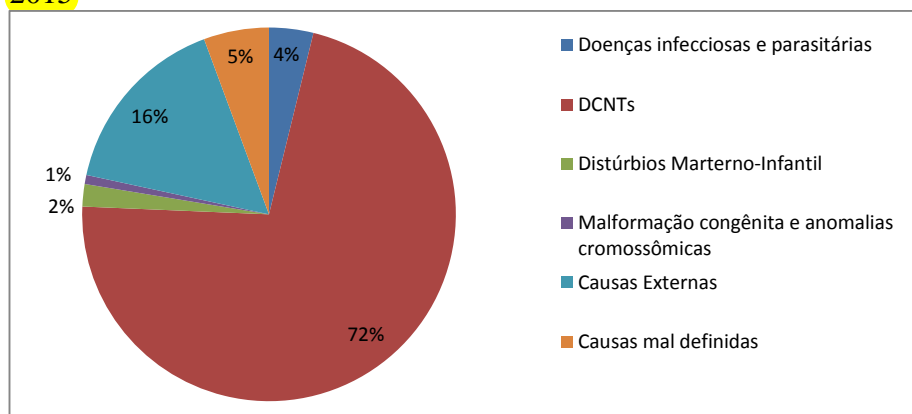


Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Em 2015, há mudanças substanciais nessas proporções. As DCNTs passaram a representar 72% dos óbitos no Ceará, aumentando sua participação em 13 pontos percentuais. As mortes por causas externas aumentaram 3 pontos percentuais, chegando a 16% do total de óbitos. Conjuntamente, as DCNTs e as mortes por causas externas representam atualmente 85% dos óbitos no Ceará.

É importante notar que, as causa mal definidas passaram a representar apenas 5% do total de óbitos. Isso sugere uma melhor investigação dos óbitos e, conseqüentemente, uma melhora da qualidade da classificação das causas de morte. Essa melhor classificação das causas de morte em parte explica o aumento da participação das DCNTs no total de óbitos no Ceará.

Gráfico 3.8b: Principais causas de mortes na população cearense em 2015



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

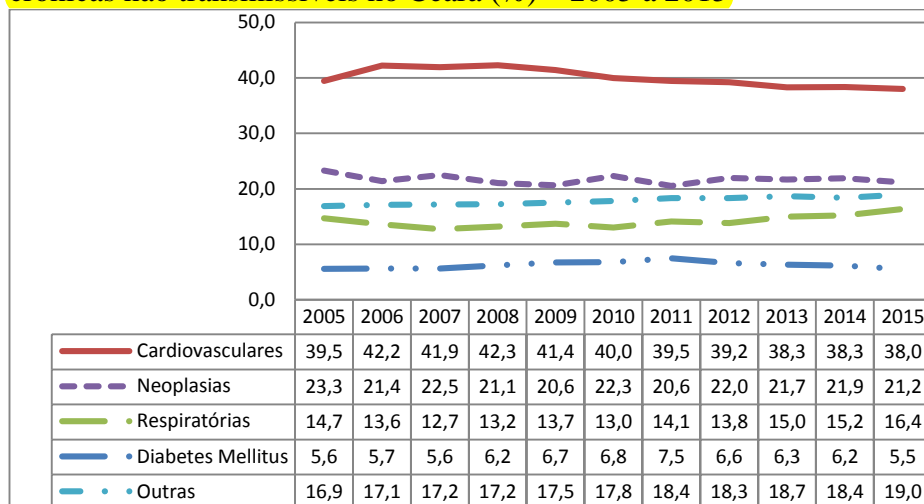
Logo, as mortes por DCNTs e por causas externas configuram um importante desafio para a política pública em saúde no Ceará. Todavia, tonar-se relevante conhecer melhor a composição dessas causas de morte e sua incidência na população.

3.3.1 Mortes por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs)

O Gráfico 3.9 mostra a composição das principais DCNTs dentre óbitos registrados para tal categoria no Ceará. Observa-se que as doenças cardiovasculares (DCVs) são as causas de morte mais comuns

entre as DCNTs, mas que tem apresentado perda de sua participação ao longo dos últimos 10 anos. Em 2005, as DCVs representavam 39,5% das DCNTs, chegando a 42,3% em 2008 e caindo para 38% em 2015.

Gráfico 3.9: Participação das principais causa de mortes por doenças crônicas não transmissíveis no Ceará (%) – 2005 a 2015



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

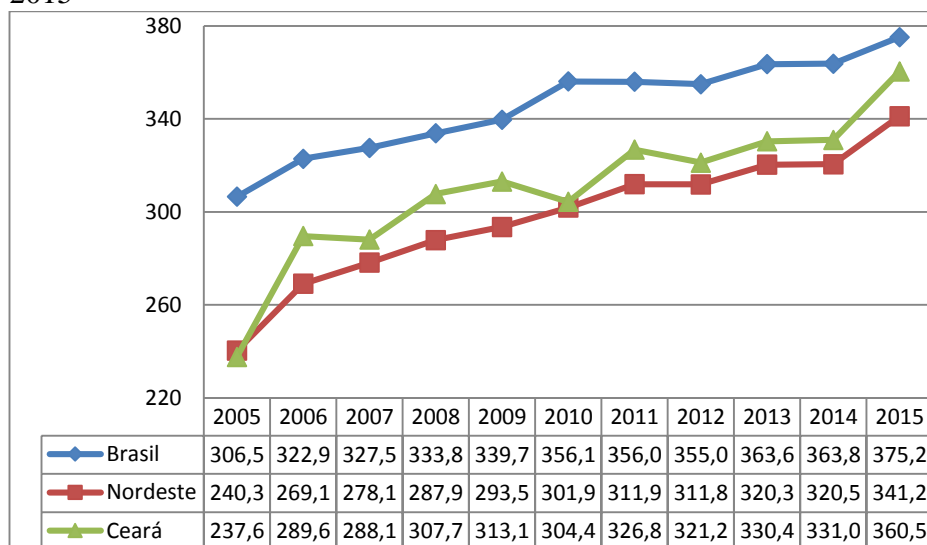
As mortes por neoplasias apresentaram queda em sua participação no período analisado, saindo de 23,3% em 2005 para 21,2% em 2015. Já os óbitos por doenças respiratórias cresceram no mesmo período, saindo de 14,7% em 2005 para 16,4% em 2015. A Diabetes Mellitus representava 5,6% dos óbitos em 2005, alcançando o nível de 7,5% em 2011 e caindo a 5,5% em 2015. Outras DCNTs representam conjuntamente 19% do total de óbitos da categoria em 2015.

Embora a composição das DCNTs seja relevante do ponto de vista de conhecer as principais causa de morte da respectiva categoria, a taxa de incidência permite analisar a representatividade dos óbitos em relação ao total da população ou em relação a uma faixa etária específica.

O Gráfico 3.10 apresenta a taxa de incidência de óbitos das principais DCNTs (DCVs, neoplasias, diabetes mellitus, e doenças respiratórias) por 100.000 habitantes. Em 2005, a taxa era de 237,6 óbitos para cada cem mil habitantes, aumentando para 360,5 óbitos por

cem mil habitantes. Em outras palavras, a taxa de incidência de óbitos das principais DCNTs no Ceará experimentou um crescimento de 51,7% na última década. Além disso, a taxa de incidência do Ceará que era ligeiramente inferior ao valor observado para o Nordeste em 2005 se aproximou do valor observado para o Brasil em 2015 (375,2 por 100.000 habitantes). Portanto, tal evidência sugere um quadro preocupante quanto a incidência das DCNTs no Ceará, especialmente associado ao envelhecimento da população.

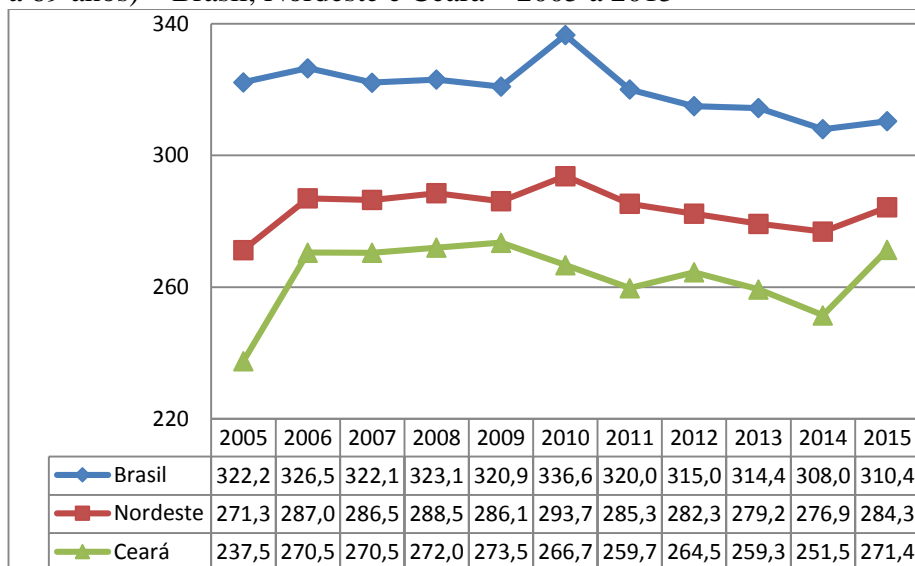
Gráfico 3.10: Taxa de incidência das principais doenças crônicas não transmissíveis (por 100.000 hab.) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Também é importante analisar a incidência dos óbitos das principais DCNTs para a população de 30 a 69 anos de idade. Essa faixa etária é composta por pessoas em idade ativa para o mercado de trabalho, e uma elevada incidência de óbitos por DCNTs pode sugerir um baixo nível de qualidade de vida da população adulta. Neste contexto, o Gráfico 3.11 apresenta a taxa de incidência de óbitos prematuros (30 a 69 anos de idade) para as principais DCNTs.

Gráfico 3.11: Taxa de incidência das principais doenças crônicas não transmissíveis prematuras (por 100.000 habitantes na faixa etária de 30 a 69 anos) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

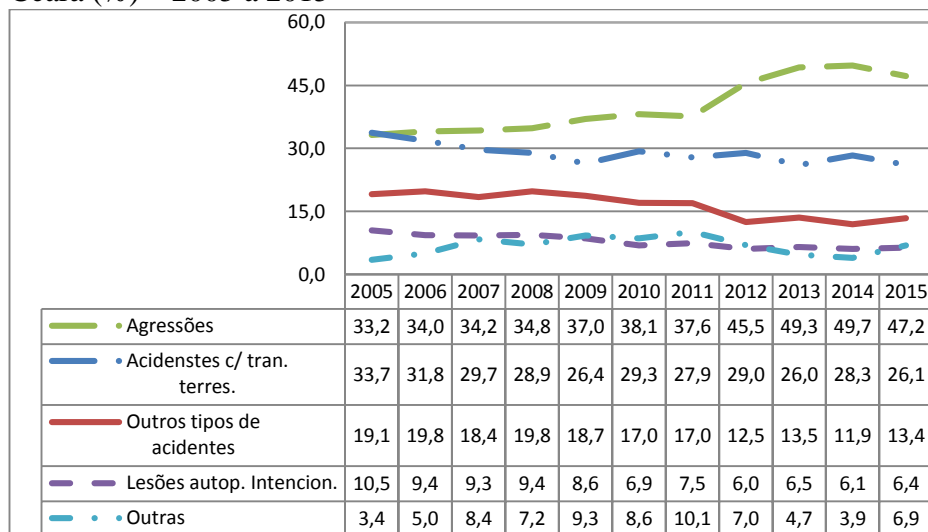
Entre 2005 e 2006, o Ceará registrou um crescimento de aproximadamente 14% na taxa de incidência. Tal crescimento se deu, muito provavelmente, pela melhora da investigação dos óbitos e redução das causas mal definidas. Em 2006, a taxa de incidência era de 270,5 por cem mil habitantes na faixa etária de 30 a 69 anos de idade, caindo para 251,5 por cem mil em 2014 e aumentando novamente para 271,4 por cem mil em 2015. Todavia, a taxa de incidência de mortes prematuras por DCNTs no Ceará permanecem ainda abaixo dos níveis registrados para o Nordeste e Brasil.

3.3.2. Mortes por Causas Externas

Embora as causas externas represente uma fração consideravelmente menor do que as DCNTs no total de óbitos no Ceará (ver Gráfico 3.8b), sua repercussão social é considerável. Dentre as principais causas externas de morte estão: as agressões, os suicídios (ou lesões autoprovocadas intencionalmente), e os acidentes de trânsito (ou acidentes com transporte terrestre).

O Gráfico 3.12 mostra a participação das principais causas externas de óbitos com respeito ao total da categoria. Em 2005, os óbitos por agressões e acidentes de trânsito representavam respectivamente 33,2% e 33,7%. Os anos seguintes marcaram trajetórias distintas para essas duas causas de morte que respondiam conjuntamente por quase 70% dos óbitos no ano inicial da série. Enquanto acidentes de trânsito caíram 7.6 pontos percentuais em 2015, os óbitos por agressões aumentaram 14 pontos percentuais no mesmo período. Em 2014, as agressões chegaram a representar quase a metade dos óbitos por causas externas no Ceará (49,7%). Já os suicídios representavam 10,5% em 2005, e caiu para 6,4% em 2015. Óbitos decorrentes de outros tipos de acidentes (exemplo, afogamentos, quedas, etc.) representavam 19,1% do total de óbitos por causas externas em 2005, passando para 13,4% em 2015.

Gráfico 3.12: Participação das principais causas externas de óbitos no Ceará (%) – 2005 a 2015

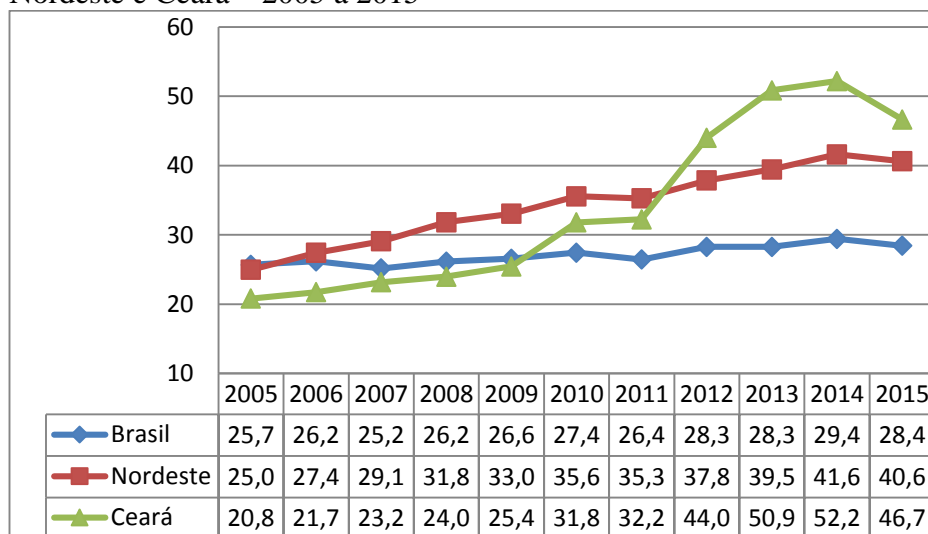


Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Os óbitos por agressões podem ser usados na mensuração do nível de violência a qual a população de determinada região ou localidade está submetida. Neste caso, calculou-se a taxa de incidência de óbitos por 100 mil habitantes para Ceará, Nordeste e Brasil entre os anos de 2005 e 2015 com base nas informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

O Gráfico 3.13 mostra que em 2005, a incidência de mortes por agressões era de aproximadamente 21 por 100 Mil habitantes no Ceará, estando abaixo da média regional (25 por 100 mil) e nacional (25,7 por 100 Mil habitantes). Nos anos seguintes, observa-se que o Ceará ultrapassa a média nacional em 2010, e supera a média regional em 2012. Em 2014, a taxa de incidência de óbitos por agressão chega a 52,2 por 100 Mil habitantes, mais que dobrando o valor de 2005. Em 2015, as mortes por agressão diminuem fazendo com que a taxa de incidência caia para 46,7 por 100 Mil habitantes no Ceará, mas permanecendo em nível mais elevado do que a média do Nordeste (40,6 por 100 Mil habitantes) e do Brasil (28,4 por 100 Mil habitantes).

Gráfico 3.13: Taxa de incidência de óbitos por agressões ou por sequelas decorrentes de agressões (por 100 mil habitantes) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Portanto, a presente subseção mostra que as mortes por agressões têm sido principal causa responsável pelo aumento do percentual de mortes por causas externas como apontado nos Gráficos 3.8a e 3.8b. Por outro lado, as mortes ocorridas no trânsito apresenta uma redução gradual, embora ainda permaneça como a segunda causa externa mais relevante.

4. EDUCAÇÃO

Nesta seção, são apresentadas algumas evidências da situação educacional da população brasileira, nordestina e cearense, nos últimos dez anos (2005-2015, exceto 2010). A base de dados utilizada para os indicadores de escolarização é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). E para análise da evolução da qualidade da educação ofertada entre as escolas públicas, são utilizadas as informações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que é divulgado a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

As informações aqui apresentadas são de suma importância, pois, permitem observar os avanços alcançados na última década no Ceará na área de educação, além de fornecer um panorama sobre a situação atual e prover um conjunto de dados que possam subsidiar novos estudos e debates para o planejamento de políticas públicas capazes de melhorar a situação educacional da população.

4.1. Evolução dos indicadores educacionais

O primeiro indicador analisado é a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Gráfico 4.1). Observa-se que nos últimos dez anos, entre as três regiões analisadas, a taxa de analfabetismo caiu em ritmo relativamente lento, porém, progressivamente. Percebe-se que no Brasil a taxa de analfabetismo absoluto caiu de um patamar de 11,1% da população, em 2005, para 8% no final do período, uma redução de aproximadamente três pontos percentuais (p.p). O Nordeste e o Ceará também apresentaram a mesma tendência de queda, mas ainda se encontram com taxas de analfabetismo bastante elevadas, exibindo o dobro da taxa de analfabetismo nacional.

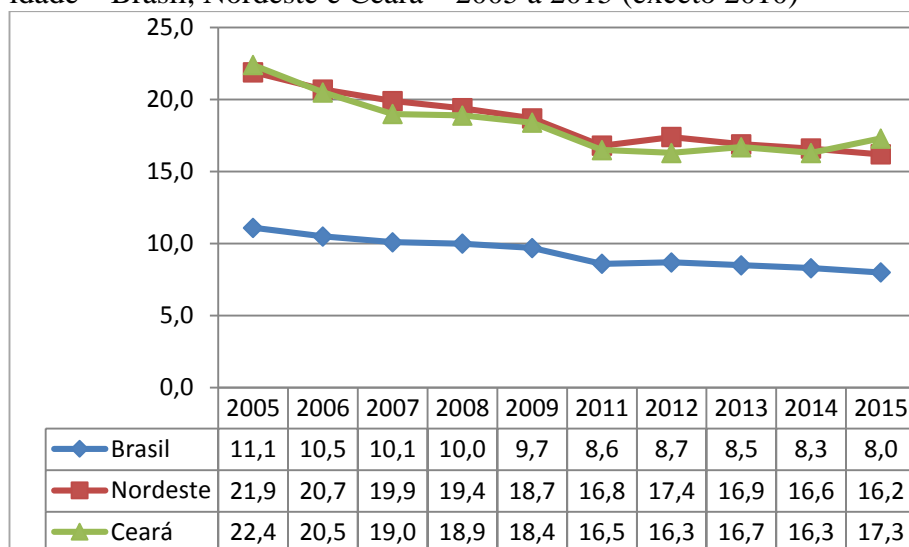
Das cinco regiões do Brasil, a Região do Nordeste é a que concentra a maior parte dos analfabetos do País. Em 2015, cerca de 16% dos nordestinos de 15 anos ou mais de idade não sabia ler nem escrever, apesar da redução de aproximadamente 5,7 p.p. nos últimos dez anos.

O Ceará, por sua vez, também reduziu sua taxa de analfabetismo no período, saído de 22,4%, em 2005, para 17,3%, em 2015. No

entanto, observa-se que entre 2014 e 2015 o índice de analfabetismo subiu 1,0 p.p. Isso significa que em um ano, cerca de noventa mil “novos analfabetos” foram contabilizados no indicador, totalizando 1,2 milhões de cearenses.

A principal hipótese para essa elevação é que a PNAD trata-se de uma pesquisa amostral, não sendo apropriada para análise no curto prazo, pois a mesma utiliza amostras de domicílios diferentes a cada ano e, portanto, as variações registradas podem não ser significantes do ponto de vista estatístico. Sendo necessário, portanto, uma análise temporal da série para compreensão melhor do fenômeno em questão.

Gráfico 4.1: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

É relevante lembrar que a baixa escolaridade e as altas taxas de analfabetismo da população brasileira são reflexos de problemas estruturais históricos, que impediram o acesso de milhões de pessoas ao sistema público de ensino. De modo que a grande quantidade de analfabetos no país é explicada pela manutenção de indivíduos que, em décadas passadas, tiveram maiores restrições de acesso à escola e a um ensino público de qualidade. E também, pela reposição de “novos analfabetos”.

Sendo assim, o estoque de analfabetos na sociedade é caracterizado, por um lado, por gerações mais velhas que não tiveram oportunidades de acesso ao sistema de ensino e, por outro, pela reposição por parte da população mais jovem que não foi alfabetizada adequadamente.

Partindo desse raciocínio, uma das principais vias de erradicação do analfabetismo é assegurar o acesso de todas as crianças em idade escolar à escola e, também, garantir que elas sejam escolarizadas adequadamente, evitando que elas, no futuro, venham a fazer parte do grupo de analfabetos do país.

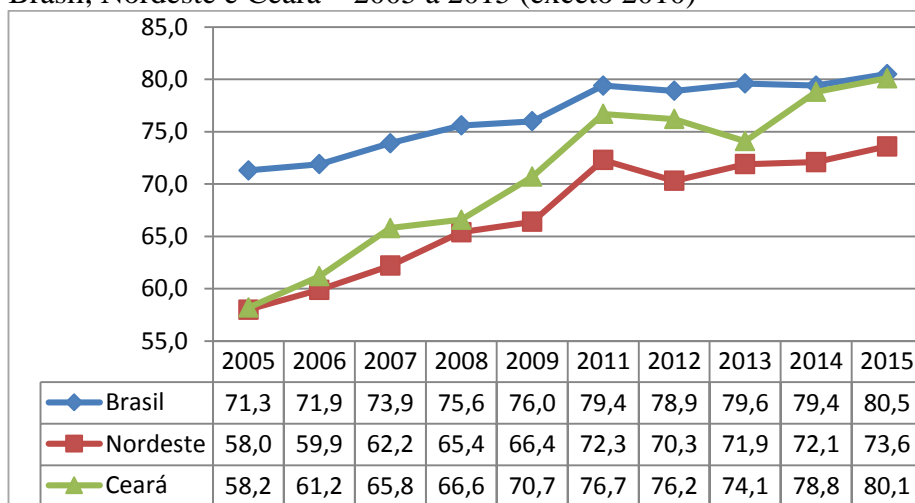
Apesar das conquistas alcançadas nos últimos anos, especialmente, na universalização da educação básica, as deficiências do sistema educacional brasileiro ainda persistem, sobretudo, na qualidade do ensino ofertado. Segundo informações do PNAD/IBGE, em 2015, cerca de 98,7% das crianças de 6 a 9 anos frequentavam escola ou creche no Brasil. Contudo, como mostra o Gráfico 4.2, a taxa de alfabetização das crianças nessa faixa de idade, no Brasil, Nordeste e Ceará, estava em torno de 80,5%, 73,6% e 80,1%, respectivamente. O que significa que 19,5%, 26,4% e 19,9% da população de 6 a 9 anos de idade no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente, ainda não sabiam ler nem escrever, mesmo matriculadas na escola ou creche.

No caso do Ceará, destaca-se a melhoria na taxa de alfabetização das crianças nos últimos anos, um crescimento de aproximadamente 22 p.p. no período. Grande parte desse desempenho se deve ao sucesso do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) que tem como objetivo alfabetizar as crianças nos primeiros anos escolares. Nota-se que a taxa de alfabetização das crianças de 6 a 9 anos teve um crescimento mais significativa a partir de 2007, ano em que o programa foi lançado pelo Governo do Estado do Ceará.

Com o sucesso alcançado pelo PAIC no Ceará, em 2012, o Governo Federal lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), assumindo um compromisso formal entre governos federais, estaduais e municipais para assegurar que todas as crianças brasileiras fossem alfabetizadas até os oito anos de idade ou ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. No entanto, como pode ser verificado no Gráfico 4.2, o crescimento na taxa de alfabetização nacional permaneceu constante, sem melhorias mais significativas no período pós-implementação do Pacto. Mostrando que as políticas adotadas para

o contexto brasileiro não foram tão bem sucedidas, como ocorreu no Ceará.

Gráfico 4.2: Taxa de alfabetização das pessoas de 6 a 9 anos idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)

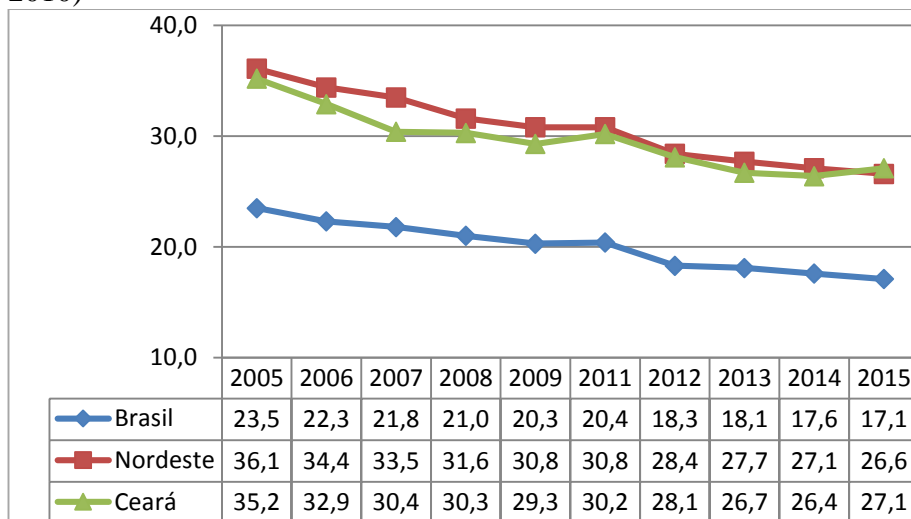


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 4.3 apresenta outro indicador que mostra a situação do analfabetismo da população – a Taxa de Analfabetismo Funcional – que é calculado pelo percentual de pessoas com menos de quatro anos de estudos completos entre a população de 15 anos ou mais. Nota-se que apesar da redução do analfabetismo funcional ao longo dos anos, a proporção de pessoas nessa situação ainda é relativamente elevada para todas as regiões analisadas. Por exemplo, no Brasil, em 2015, 17,7% da população ainda se encontravam nessa situação, sendo que grande parte delas eram residentes na Região do Nordeste (26,6% da população nordestina).

Considerando a população do Ceará, observa-se que entre as três regiões analisadas, foi a que apresentou o maior percentual em 2015. Embora, no período analisado tenha reduzido a taxa de analfabetismos funcional de um patamar de 35,2% para 27,1%, um total de 8,1 p.p.

Gráfico 4.3: Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

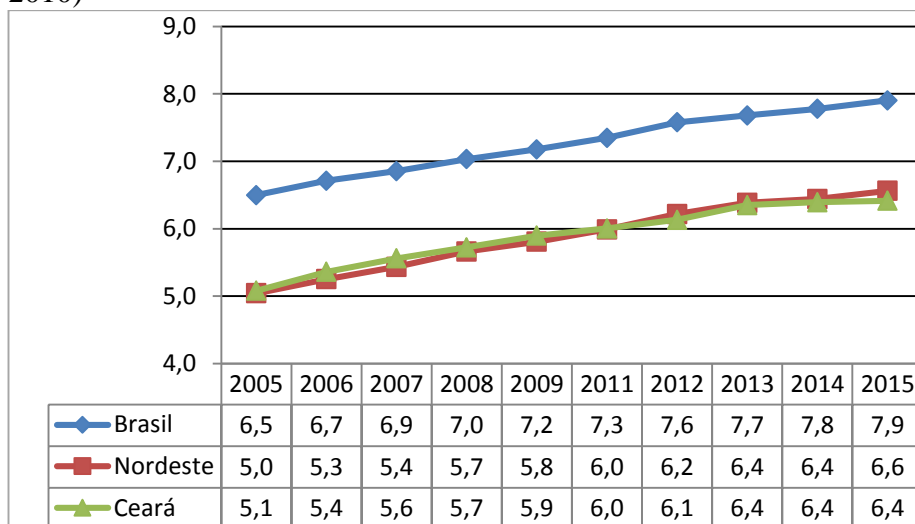
Em relação à evolução dos anos de estudos da população adulta (25 anos ou mais de idade) verifica-se que ao longo da década (2005-2015, exceto 2010), a escolaridade média tem melhorado progressivamente, embora, de modo lento. Pelos dados apresentados, observa-se que, em 2015, a escolaridade média dos brasileiros, nordestinos e cearenses estava em torno de 7,9, 6,6 e 6,4 anos de estudos, respectivamente (Gráfico 4.4).

Considerando por nível de instrução concluído, ou seja, Ensino Fundamental completo, Ensino Médio completo e Ensino Superior completo, verifica-se que, em média, a população adulta não chegou nem ao menos a alcançar o Ensino Fundamental completo, ciclo considerado obrigatório no Brasil, já para a conclusão desta etapa de ensino são necessários oito anos escolares completos⁴. O ideal seria que a população dedicasse, em média, onze anos ou mais de sua vida aos estudos, correspondendo à conclusão do Ensino Médio.

⁴ Em 06/02/2006 foi sancionada a Lei nº 11.274, que passa a vigorar o ciclo do ensino fundamental com nove anos. De modo que o Ensino Fundamental completo na PNAD é calculado com a contagem de oito anos de estudos completos.

Analisando o desempenho deste indicador de ponta a ponta no período, nota-se que o Ceará, Nordeste e Brasil tiveram desempenho de 25,5%, 32% e 21,5%, respectivamente, o que fez o Ceará ficar em pior situação entre as três regiões analisadas.

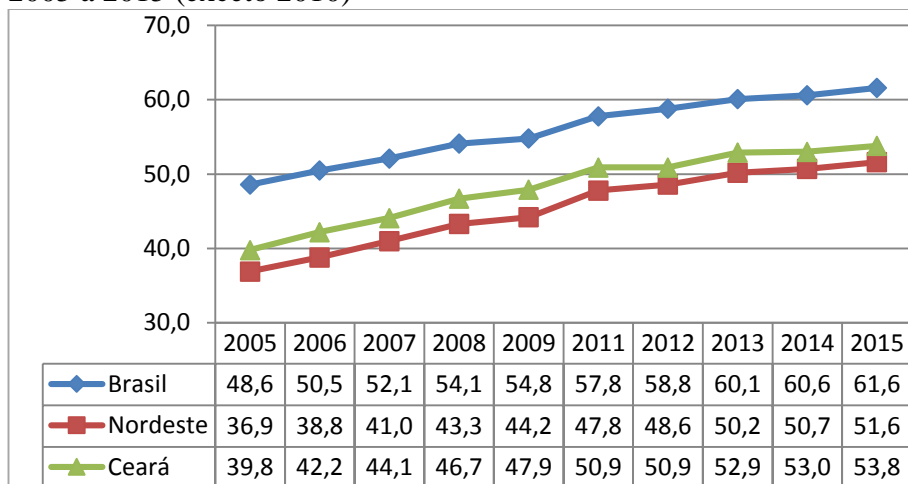
Gráfico 4.4: Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

O percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade com pelo menos o Ensino Fundamental concluído vem crescendo de forma contínua para as três regiões analisadas, como mostra o gráfico a seguir. O crescimento foi de 13 p.p no período, para o Brasil, atingindo 61,6% da população nessa faixa etária, em 2015. E para o Nordeste e o Ceará o aumento foi de 14,7 p.p e 14 p.p, respectivamente, alcançando os valores de 51,6% e 53,8% no último ano de análise.

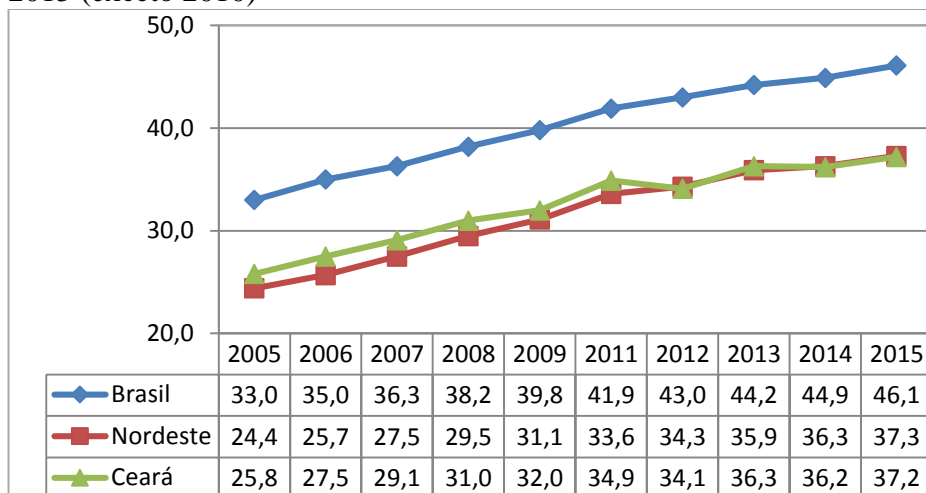
Gráfico 4.5: Percentual da população de 15 anos ou mais com pelo menos o ensino fundamental completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

No Gráfico 4.6, são expostos os resultados referentes àqueles que completaram pelo menos o Ensino Médio da população de 19 anos ou mais. Não muito diferente dos demais indicadores, os valores apresentados pela Região Nordeste e o estado do Ceará são muito próximos. Ambo atingiram, em 2014, valores próximos de 37% para este indicador. E mesmo apresentando crescimento na série histórica (2005-2015, exceto 2010), é possível notar que ainda se encontram bem abaixo dos valores alcançados pelo Brasil (46,1%).

Gráfico 4.6: Percentual da população de 19 anos ou mais com pelo menos o ensino médio completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

No Brasil, desde meados da década de 1990, importantes avanços foram observados em relação à expansão educacional em todos os estados. Neste período, o Ensino Fundamental foi praticamente universalizado e houve uma significativa expansão do número de vagas ofertadas para o Ensino Médio. No entanto, a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos só foi colocada como lei em 2013, através da Lei nº 12.796, de modo a garantir que o Estado forneça gratuitamente educação para todos os brasileiros nessa faixa de idade.

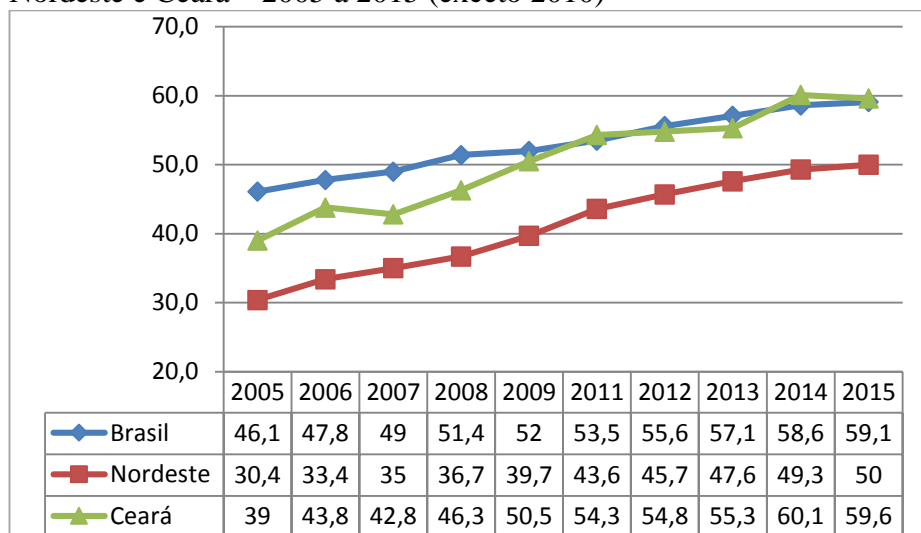
Assim, é dever do Estado ofertar vagas escolares para crianças de 4 anos, ou da pré-escola, até a conclusão da educação básica, ou Ensino Médio. Tais iniciativas de expansão educacional garantem não somente maior acesso da população mais pobre ao sistema de ensino, lhes proporcionando maior escolaridade, mas também, torna o país mais competitivo no cenário internacional, por ter a disposição um estoque de capital humano mais qualificado.

Mesmo diante da expansão do Ensino Médio, e a oferta maior do número de vagas nessa etapa de ensino, não se pode considerar que no Brasil há universalização deste nível de ensino, pois, são altas as porcentagens de jovens de 15 a 17 anos que permanecem fora da escola,

bem como à persistência de altos índices de evasão e reprovação escolar.

Em 2015, a taxa de escolaridade líquida do Ensino Médio entre a população de 15 a 17 anos no Brasil estava em torno de 59,1, enquanto que o Nordeste apresentou taxas bem abaixo da média nacional, 50%. No caso do Ceará, observa-se que houve um significativo crescimento no decênio analisado, o percentual de adolescentes que frequentavam o Ensino Médio se ampliou de 39% para 59,6%, o que configura um crescimento de 20,6 p.p, como pode ser observado no Gráfico 4.7.

Gráfico 4.7: Taxa de escolarização líquida no Ensino Médio – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)

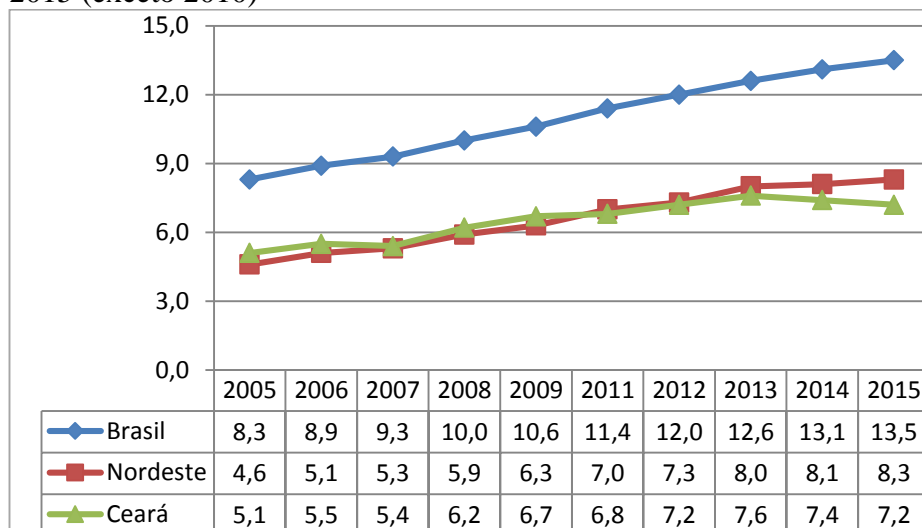


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

No Gráfico 4.8 apresenta o percentual da população de 25 anos ou mais que já havia concluído o Ensino Superior. O percentual de brasileiros com nível superior passou de 8,3% em 2005, para 13,5%, em 2015. No entanto, ao desagregar as informações em diferentes territórios, como mostra os dados, a desigualdade educacional ainda é persistente e considerável, sobretudo, em relação a regiões pobres como o Nordeste e o Ceará. A série mostra que no Nordeste e Ceará, a proporção da população adulta com Ensino Superior é somente de 8,3% e 7,2%, respectivamente. Cabe destacar que, a partir de 2014, ocorreu uma oscilação negativa no Ceará, de modo que a proporção de pessoas

com Ensino Superior nos últimos anos apresentou uma redução no estado.

Gráfico 4.8: Percentual da população de 25 anos ou mais com pelo menos o ensino superior completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

4.2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Para compreensão da evolução da qualidade do ensino ofertado pela rede pública no Brasil, Nordeste e Ceará, analisamos nos Gráficos 4.9, 4.10 e 4.11 o IDEB para os Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, respectivamente.

Criado em 2007, o IDEB é calculado a cada dois anos e sintetiza, em um escala de um a dez, as notas obtidas em Língua Portuguesa e Matemática na avaliação da Prova Brasil e as taxa de aprovação escolar. Com base nesse indicador, o Ministério da Educação (MEC), projetou metas de qualidade da educação que devem ser atingidas até 2021. O objetivo é tornar a educação de fato eficaz, atingindo o nível de qualidade dos países desenvolvidos.

Os resultados do IDEB para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino são apresentados no gráfico a seguir. Os dados mostram o Brasil conseguiu melhorar seu desempenho

no IDEB nos Anos Iniciais, alcançando em 2015, um índice de 5,3, superando a meta estabelecida para o ano em 0,3 pontos.

O mesmo observa-se na Região do Nordeste, sendo que a meta para essa região foi superada em 0,6 pontos. Enquanto que o Ceará foi o estado brasileiro que mais evoluiu no período, alcançando o IDEB de 5,7, acima da média nacional e superando a meta estipulada para o ano de 2015 (4,2 pontos), além de alcançar um índice superior ao projetado para o ano de 2021 (5,1 pontos). Cabe destacar ainda, que das 100 melhores escolas da rede pública de ensino do país com melhor IDEB, 77% estavam localizadas no Ceará, deste ranking, as 21^a colocações eram ocupadas por escolas cearenses.

Gráfico 4.9. Anos Iniciais do Ensino Fundamental - IDEB e Metas - rede pública – 2005 a 2015 (meta de 2007 a 2021)



Fonte: INEP/ MEC. Elaboração: IPECE.

Dos resultados apresentados para os Anos Finais do Ensino Fundamental, Gráfico 4.10 abaixo, mostram que apesar do País ter avançado na melhoria da educação nos últimos anos, o IDEB alcançado, em 2015, foi de 4,2 para escolas públicas, não atingindo a meta estabelecida para este ano, ficando abaixo em 0,3 pontos.

O Nordeste também não conseguiu alcançar a meta de 2015, apesar de manter uma trajetória constante de melhoria e superior ao valor alcançado em 2013, passando de 3,4 para 3,7. Dos estados dessa região, apenas Pernambuco e Ceará conseguiram superar a meta proposta para 2015. Sendo que o Ceará atingiu o índice de 4,5, em 2015, 0,5 pontos acima da meta.

Gráfico 4.10. Anos Finais do Ensino Fundamental - IDEB e Metas - rede pública – 2005 a 2015 (meta de 2007 a 2021)

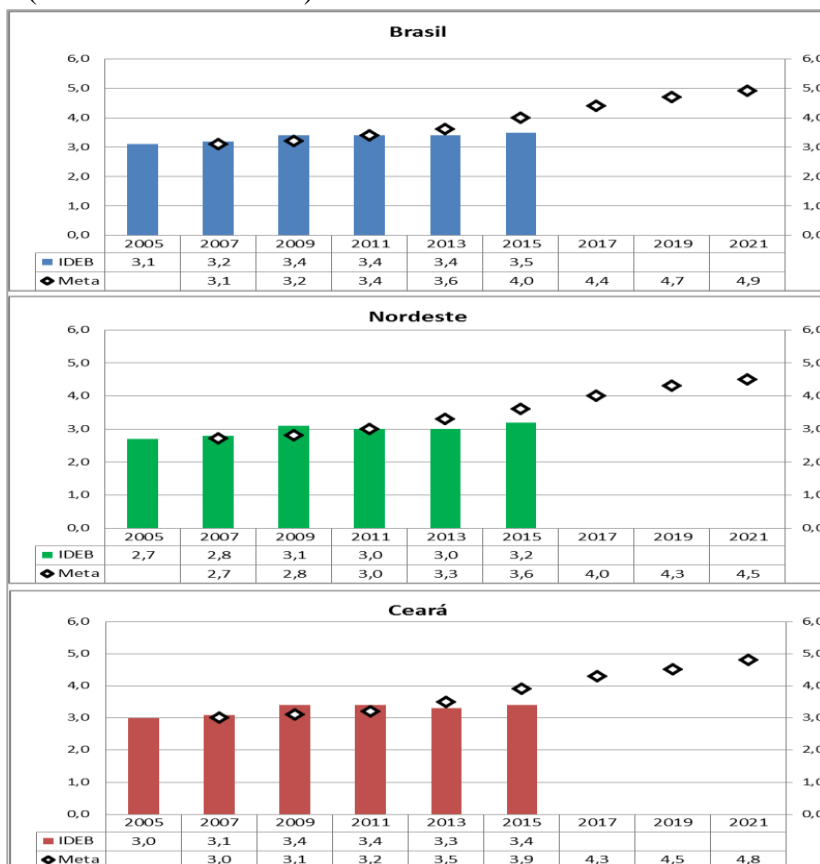


Fonte: INEP/ MEC. Elaboração: IPECE.

No caso do Ensino Médio, diferentemente do desempenho obtido no Ensino Fundamental, o IDEB nesta etapa de ensino tem evoluído mais lentamente, de modo que nenhuma das regiões analisadas conseguiu alcançar a meta de 2015, como pode ser observado no Gráfico 4.11. O Brasil atingiu o índice de 3,5, 0,5 pontos abaixo da meta estabelecida para este ano. Das 27 Unidades da Federação, apenas duas conseguiram pontuação acima da meta estabelecida, são elas: Amazonas e Pernambuco.

Do mesmo modo, o bom desempenho observado no Ceará para o Ensino Fundamental, não se estendeu ao Ensino Médio, que alcançou, em 2015, a nota de 3,4, ficando abaixo da meta (3,9).

Gráfico 4.11. Ensino Médio - IDEB e Metas - rede estadual – 2005 a 2015 (meta de 2007 a 2021)



Fonte: INEP/ MEC. Elaboração: IPECE.

As informações aqui apresentadas mostraram que mudanças significativas na área educacional vêm ocorrendo no cenário nacional, regional e local nos últimos dez anos. Observamos que em anos mais recentes tem ocorrido um esforço por parte do poder público para aumentar a cobertura escolar e a qualidade do ensino ofertado aos brasileiros. No entanto, os desafios ainda são muitos, ainda existe um longo caminho que precisa ser percorrido e superado para que todos tenham de fato acesso a educação de qualidade e gratuita.

Um dos grandes desafios, em termos de políticas educacionais, é garantir a permanência das crianças e adolescentes na escola, por reduzir a taxa de evasão e abandono escolar, sobretudo, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

E foi com o objetivo de melhorar a situação educacional do Brasil que o Governo Federal instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência entre 2014-2024. Dentre as principais metas, destaca-se: a universalização da Educação Básica de 4 a 17 anos de idade; que pelos menos 95% dos alunos concluam o Ensino Fundamental com menos de 15 anos de idade; aumentar para 85% a taxa líquida de frequência do Ensino Médio da população de 15 a 17 anos; elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para, no mínimo, doze anos de estudos; erradicar o analfabetismo absoluto no país e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional e; melhoria qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas.

As metas estabelecidas pelo PNE são ambiciosas e vai exigir esforços sincronizados entre as diferentes esferas administrativas do poder público e da sociedade, sobretudo, em regiões mais pobres, como o Nordeste e o Ceará.

5. TRABALHO E RENDIMENTOS

A análise da dinâmica do mercado de trabalho é de suma importância, pois tem a capacidade de refletir os diversos aspectos sociais e econômicos de uma determinada sociedade em um determinado período do tempo. Após a mensuração direta do nível de produção, a análise do mercado de trabalho constitui a principal alternativa para avaliar o grau de atividade econômica. Além disso, indicadores relacionados ao mercado de trabalho podem refletir fatores demográficos, educacionais e institucionais de uma sociedade.

Nessa perspectiva, dada sua relevância, o presente capítulo apresenta e discute os principais indicadores do mercado de trabalho no estado do Ceará, calculados para o período entre 2005 e 2015. A base de dados que viabilizou a construção dos indicadores é proveniente dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre os indicadores expostos estão: a taxa de desemprego, o nível de ocupação das pessoas de 15 anos ou mais de idade, os jovens de 15 a 29 anos que não estudam e nem trabalham, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais por sexo, a taxa de participação na força de trabalho e a taxa de trabalho infantil das crianças de 5 a 17 anos de idade, dentre outros.

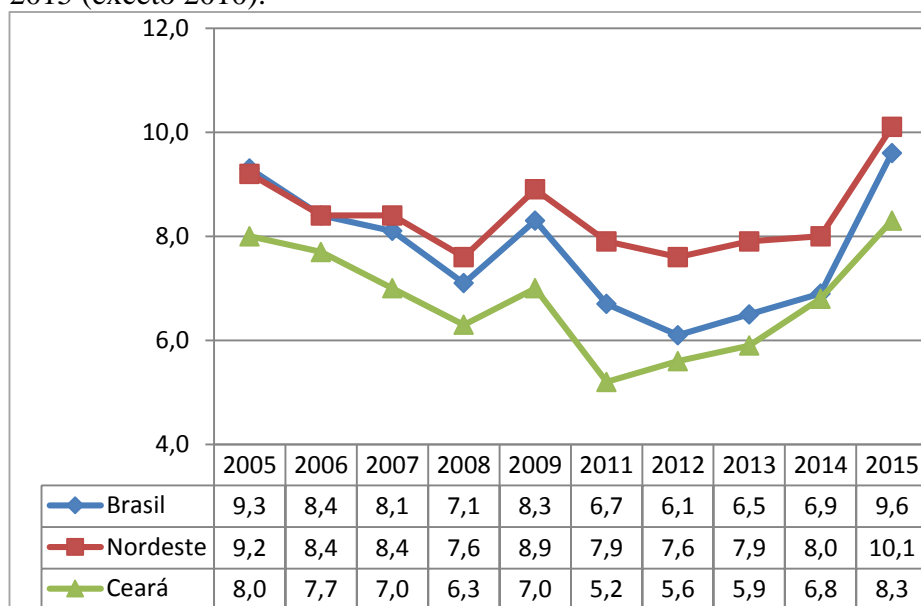
Ademais, como realizado em capítulos anteriores, destaca-se que sempre que possível a análise é feita comparando o desempenho dos dados do estado do Ceará com o comportamento médio da região Nordeste e do Brasil. Por fim, sempre que oportuno, também são elaboradas comparações por meio de taxas médias de variação dos indicadores entre o Ceará, a região Nordeste e o Brasil.

Finalmente, além dessa seção introdutória, esse capítulo se divide em mais três seções. A próxima seção apresenta informações de desemprego, ocupação e geração “nem-nem”. A seção subsequente expõe informações sobre rendimentos do trabalho e a taxa de participação na força de trabalho. A última seção retrata a desigualdade de rendimentos e o trabalho infantil.

5.1. Desemprego, Ocupação e a Geração “Nem-Nem”

A primeira variável analisada é a taxa de desemprego (taxa de desocupação ou desemprego aberto), esse indicador tem a capacidade de representar um “termômetro” do mercado de trabalho. A taxa de desemprego é mensurada pela razão entre a população desocupada (desempregada) e a população economicamente ativa (PEA). Desse modo, representa a parcela de indivíduos que está no mercado de trabalho, ofertando sua mão-de-obra, mas sem sucesso em obter emprego. O Gráfico 5.1 apresenta a dinâmica da taxa de desemprego no período de 2005 a 2015 nas três dimensões geográficas consideradas.

Gráfico 5.1: Taxa de desemprego das pessoas de 15 anos ou mais de idade, na semana de referência – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010).



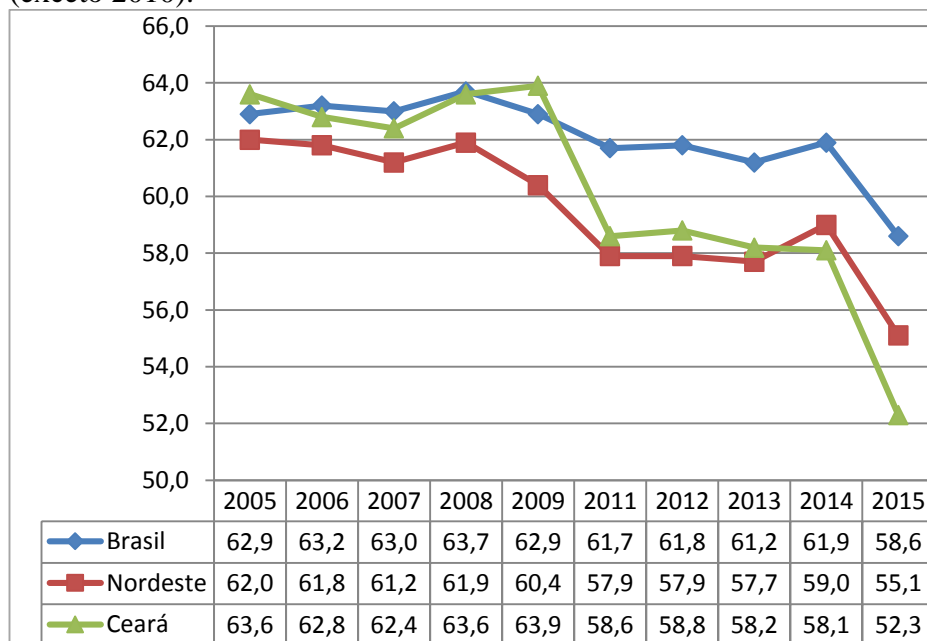
Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Ao longo do período estudado é possível observar uma tendência do estado do Ceará permanecer com taxas de desemprego inferiores a região Nordeste e ao Brasil. Pode-se dividir a análise dessa variável para o Estado, a Região e o Brasil em dois subperíodos, o

período entre 2005 e 2011 que apresentou trajetória de redução, e o período de 2013 a 2015 com crescimento das taxas de desemprego.

O Gráfico 5.2 expõe outro importante indicador a ser analisado: o nível da ocupação, que representa o percentual de trabalhadores economicamente ativos (ocupados ou desocupados) que estão ocupados. Portanto, a taxa é construída através da razão entre os trabalhadores ocupados e a população economicamente ativa (PEA). Os dados revelam certa estabilidade na economia brasileira nesse espaço de tempo, mas destacando-se a forte retração do nível de ocupação entre os anos de 2014 e 2015. Nessa medida, no ano de 2015, o Ceará (52,3) apresentou pior resultado que a região Nordeste (55,1) e o Brasil (58,6).

Gráfico 5.2: Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010).

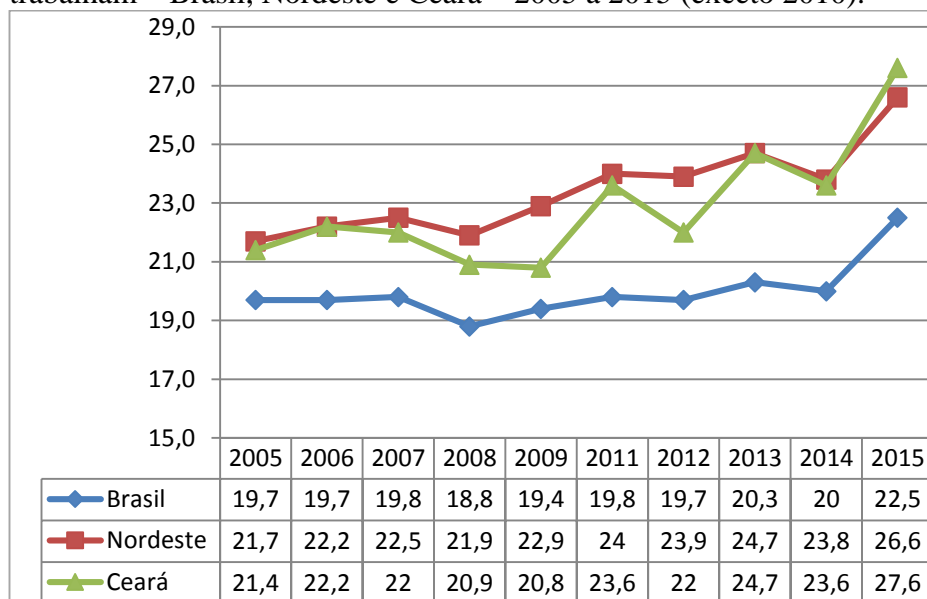


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Por fim, destaca-se os resultados do Gráfico 5.3, que exhibe o percentual de jovens entre 15 e 29 anos de idade que não estudam e nem trabalham. Nota-se que o estado do Ceará apresentou no período abordado (2005-2015) a maior taxa de crescimento nessa variável

(cerca de 29%) vis-à-vis a região Nordeste (23%) e o Brasil (14%). No ano de 2015, destaca-se um aumento mais relevante nas três unidades geográficas, com o Ceará (27,6%) ultrapassando a média do Nordeste (26,6%) no percentual de jovens “Nem-Nens”. O crescimento nesse indicador é preocupante devido a possibilidade de estar correlacionado com a elevação das taxas de crime no país. Assim, é salutar destacar a importância de se buscar realizar intervenções já na fase da infância e adolescência a fim de mitigar esse problema.

Gráfico 5.3: Jovens de 15 a 29 anos idade que não estudam e nem trabalham – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010).



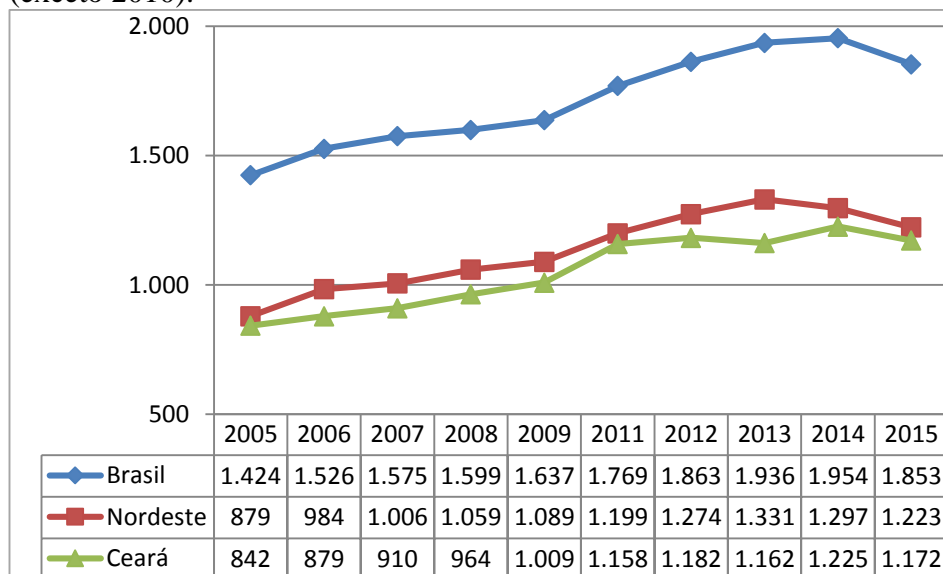
Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

5.2. Rendimento do Trabalho e Taxa de Participação

Nesta subseção, apresenta-se as informações sobre o nível de rendimentos do trabalho. Considerando todo o período entre 2005 e 2015, o rendimento real médio de todos os trabalhos no estado do Ceará, na região Nordeste e no Brasil apresentou tendência de crescimento. O rendimento real mensal médio no Ceará cresceu cerca de 39% nesse período, passando de R\$ 842,00 para R\$ 1.172,00. Contudo, destaca-se que o Ceará apresenta níveis remuneratórios

inferiores à média nordestina e brasileira. Ademais, nota-se que essa trajetória de elevação dos rendimentos médios sofre um arrefecimento entre os anos de 2014 e 2015. Essas informações podem ser verificadas no Gráfico 5.4.

Gráfico 5.4: Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010).



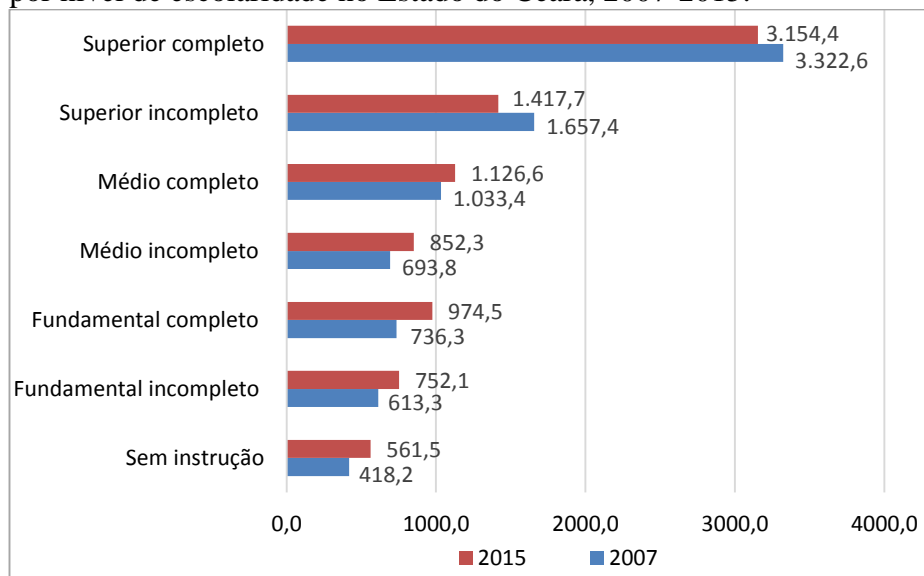
Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Para ter uma ideia de estatísticas relativas aos rendimentos obtidos no mercado de trabalho de acordo com características dos trabalhadores, o Gráfico 5.5 expõe o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade por nível de escolaridade no estado do Ceará para os anos de 2007 e 2015.

Pode-se observar que há uma grande diferença de rendimentos de acordo com o nível de escolaridade. As pessoas com ensino superior completo (R\$ 3.154,42) no ano de 2015 apresentaram um rendimento médio aproximadamente três vezes maior que as pessoas com ensino médio completo (R\$ 1.126,63). Outro ponto a destacar é o crescimento das remunerações no período estudado dos indivíduos de menor

escolaridade, ao passo que ocorre uma retração no nível de remuneração dos indivíduos com ensino superior.

Gráfico 5.5: Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por nível de escolaridade no Estado do Ceará, 2007-2015.

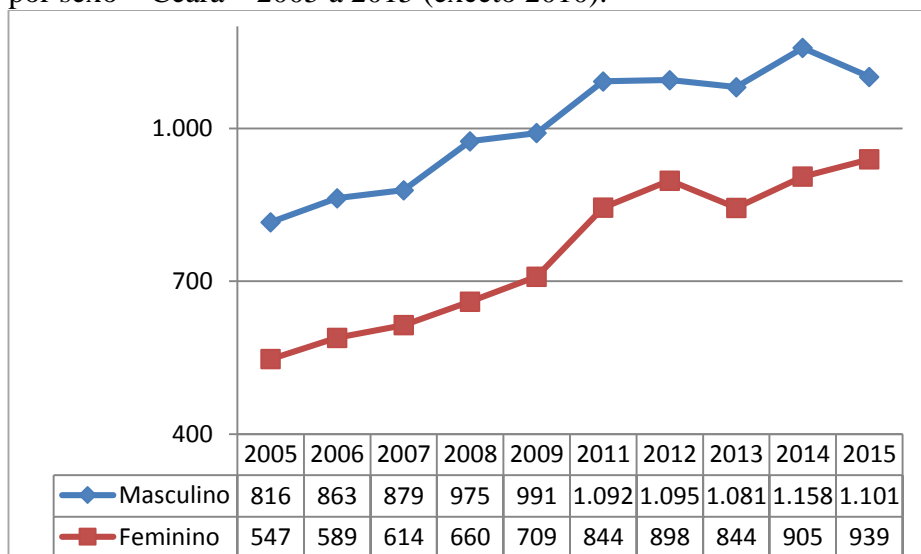


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 5.6 apresenta o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos para homens e mulheres e destaca a diferença de nível entre as remunerações dos dois grupos. A desigualdade de salários entre homens e mulheres ainda é bastante presente no mercado de trabalho brasileiro, e no caso cearense não é diferente.

Ademais, os dados do Gráfico 5.6 mostram que o nível de rendimentos de ambos os grupos apresentaram crescimento elevado no período abordado. Todavia, observa-se que enquanto o rendimento médio do trabalho de pessoas do sexo feminino no ano de 2015 era de R\$ 939,00, indivíduos do sexo masculino apresentavam salário médio mensal de R\$ 1.101,00.

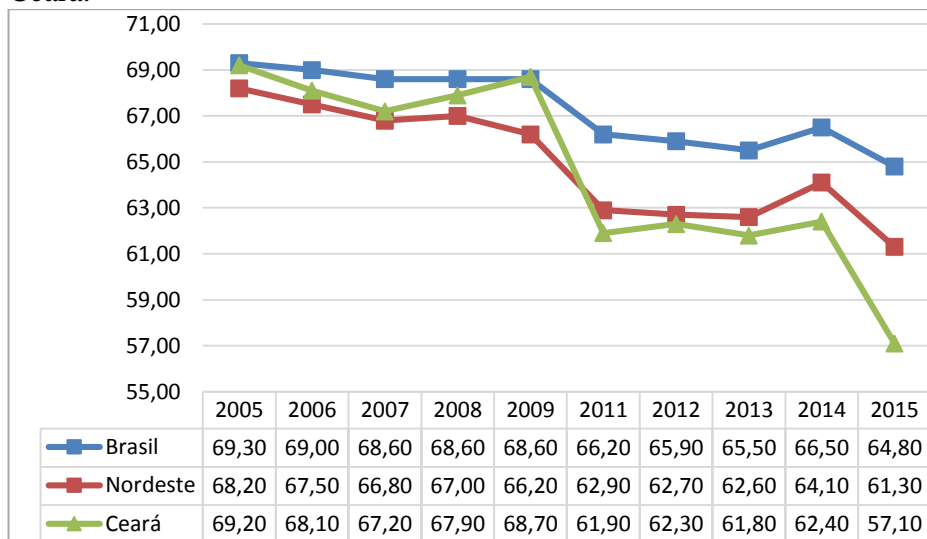
Gráfico 5.6: Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo – Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010).



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

A Taxa de Participação calculada pela razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA), expressa a proporção de pessoas em idade ativa (PIA) incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desocupadas, ou seja, economicamente ativas (PEA). Pelo Gráfico 5.7, nota-se que há uma tendência de redução dessa variável a partir de 2009, especialmente na economia cearense. Essa informação suscita que um número relativamente menor de indivíduos está disponível para o trabalho, o que pode-se refletir em menor produtividade na economia.

Gráfico 5.7: Taxa de Participação (2005-2015) – Brasil, Nordeste e Ceará.



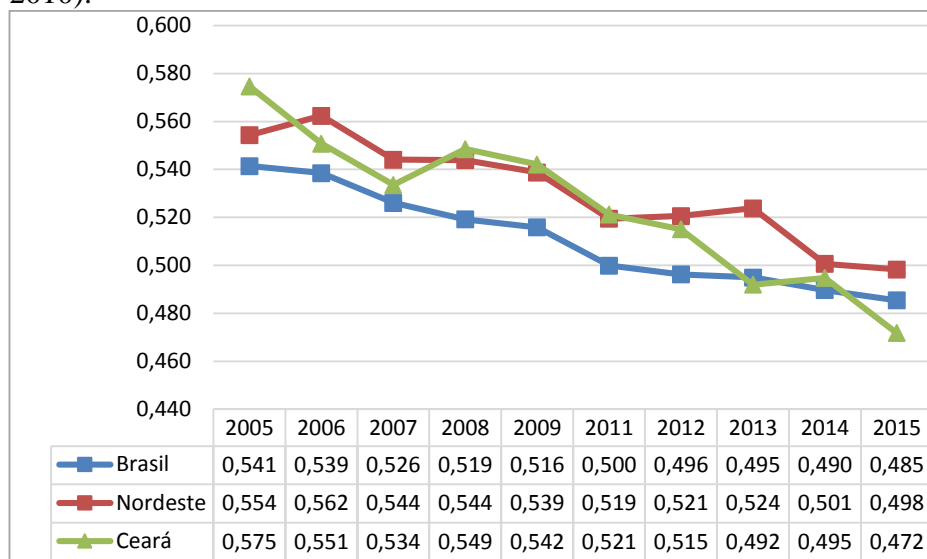
Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

5.3. Desigualdade de Rendimentos e Trabalho Infantil

Finalmente, esta subseção apresenta duas variáveis atinentes ao mercado de trabalho que possuem, mais precisamente, o caráter de refletir aspectos sociais: a desigualdade de rendimentos do trabalho e a taxa de trabalho infantil.

O Gráfico 5.8 apresenta a desigualdade do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, das pessoas de 15 anos ou mais de idade, mensurada pelo índice de Gini. O índice de Gini é uma tradicional medida estatística utilizada para medir o grau de desigualdade na distribuição de renda. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade, até 1, quando a desigualdade é máxima. Os dados revelam que no ano de 2005 o estado do Ceará (0,575) apresentava a maior nível de desigualdade nos rendimentos do trabalho em comparação com a região Nordeste (0,554) e o Brasil (0,541).

Gráfico 5.8: Índice de Gini do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010).



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

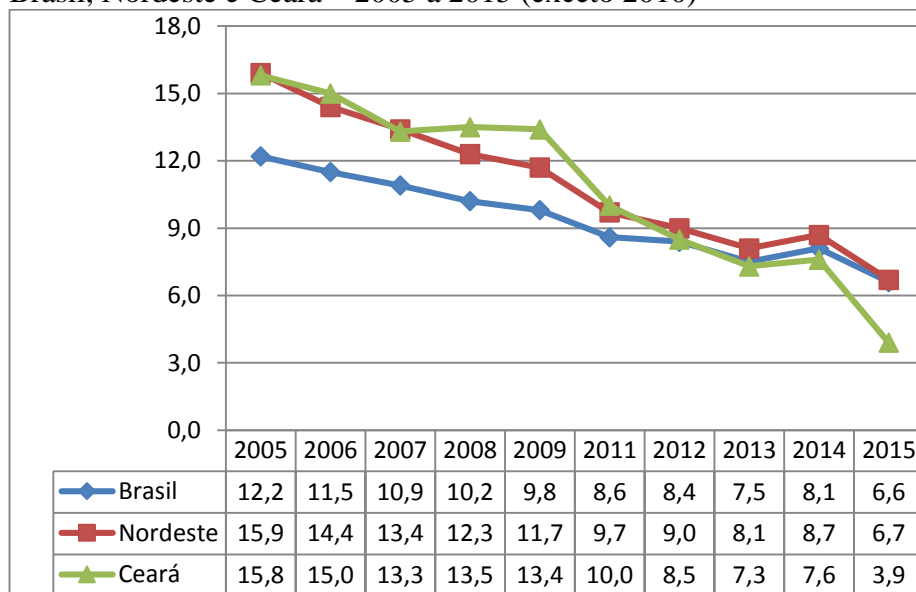
Contudo, as informações do Gráfico 5.8 também revelam que no período abordado houve uma tendência consistente de redução na desigualdade nas três esferas analisadas. Destacando-se o estado do Ceará (0,472) que no ano de 2015 inverteu a sua posição inicial na série, exibindo índice de Gini dos rendimentos do trabalho inferior ao Nordeste (0,498) e ao Brasil (0,485).

Por fim, o Gráfico 5.9 expõe a taxa de trabalho infantil das crianças de 5 a 17 anos de idade no período de 2005 a 2015. No ano de 2005, o estado do Ceará, a região Nordeste e o Brasil apresentavam taxas de trabalho infantil de cerca de: 15,8; 15,9 e 12,2; respectivamente. Observa-se que no referido ano o Nordeste brasileiro e o Ceará destacavam-se por possuir taxas bem superiores a nacional.

Novamente, a forte redução do Ceará é destaque também nesse indicador vis-à-vis a região Nordeste e o Brasil, principalmente nos anos mais recentes da amostra. Nota-se que o estado do Ceará reduziu em aproximadamente -75% a taxa de trabalho infantil entre os anos de 2005 e 2015. Nesse mesmo período a região Nordeste reduziu cerca de -58% e o Brasil -46%. No ano de 2015, o Estado apresentou uma taxa de

trabalho infantil de 3,9%, valor inferior ao Nordeste (6,7%) e ao Brasil (6,6%).

Gráfico 5.9: Trabalho infantil das crianças de 5 a 17 anos de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

6. DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA

A economia cearense, assim como a economia brasileira, vem passando nas últimas décadas por fortes modificações. Desde a concepção e implementação de diferentes políticas macroeconômicas, a reformulações político-institucionais, bem como a mudanças de marcos regulatórios. Nesse sentido, diante contextos tão adversos, é salutar questionar se essas alterações interferiram no padrão socioeconômico médio de nossa sociedade.

Um dado simples, mas que nos fornece o privilégio de verificar de forma rápida a indagação anterior é a variável PIB *per capita* da economia cearense, que em meados dos anos 1980 era cerca de cinco mil reais, ao passo que nos anos atuais, 2014, já alcançara, aproximadamente, o triplo desse valor.

Contudo, mesmo diante desse avanço, o estado do Ceará e a região Nordeste historicamente destacam-se frente às demais unidades federativas e Regiões do país como áreas que possuem um número acentuado de indivíduos em estado de pobreza. Não obstante esse fato, segundo relatório⁵ da Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Projeto do Milênio, a região nordeste do Brasil enquadra-se, conjuntamente com o oeste da China, norte da Índia e sul do México, como algumas das regiões notáveis em nível mundial por apresentarem bolsões de pobreza.

Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é verificar o comportamento de variáveis importantes para o bem-estar social – renda, pobreza e desigualdade, da população cearense na última década e, sempre que possível, relativiza-las a região Nordeste e ao Brasil. A base de dados que viabilizou o cálculo dos indicadores é oriunda, basicamente, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) elaborada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o recorte temporal utilizado é de 2005 a 2015.

Assim, além desta seção introdutória, esse capítulo divide-se em mais três seções. A seção a seguir apresenta a evolução da renda média cearense. Na seção 6.2 exibe-se indicadores de desigualdade da distribuição de renda do Estado. A seção 6.3 expõe medidas de pobreza

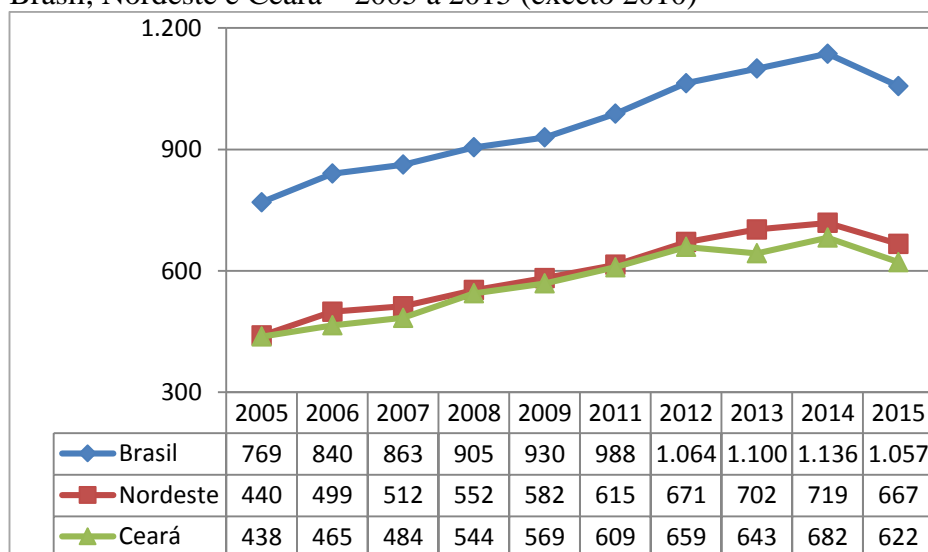
⁵ Projeto do Milênio das Nações Unidas 2005. Investindo no Desenvolvimento: Um plano prático para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Visão Geral.

e extrema pobreza cearense. Por fim, a subseção 6.3.1 ressalta o desafio da extrema pobreza infantil no Ceará.

6.1. Evolução da Renda

A evolução do rendimento domiciliar per capita médio mensal real, no período de 2005 a 2015, para o estado do Ceará, a região Nordeste e o Brasil é exposto a seguir no Gráfico 6.1. Os dados revelam que houve uma tendência geral de crescimento no período, com o Ceará ampliando o rendimento domiciliar per capita médio em 42%, o Nordeste em 51,6% e o Brasil em 37,5%. Todavia, nota-se um arrefecimento dessa tendência entre 2014 e 2015.

Gráfico 6.1: Rendimento domiciliar per capita médio mensal real – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)

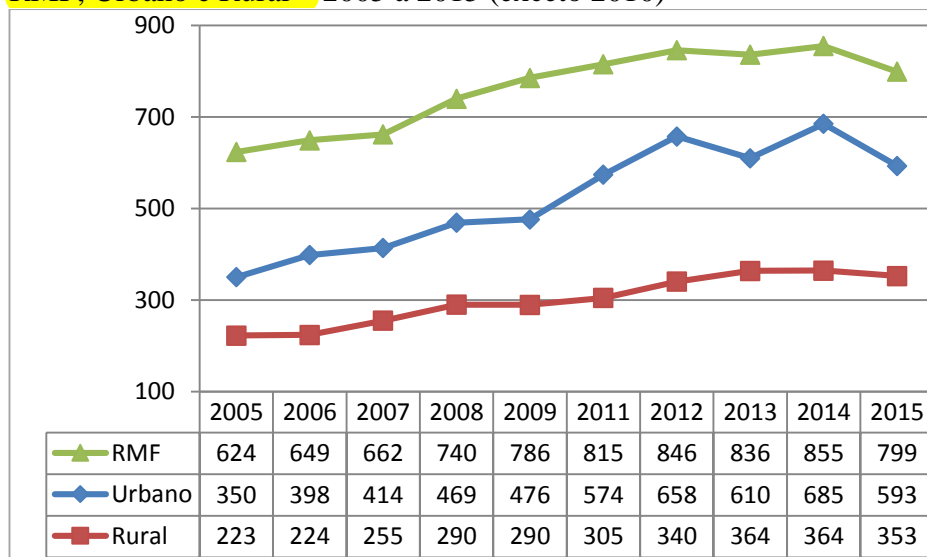


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Com relação a diferenciação espacial do rendimento domiciliar no estado do Ceará, o Gráfico 6.2 apresenta o rendimento domiciliar per capita médio mensal real para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e os setores Urbano e Rural. No ano de 2005, a RMF exibiu rendimento médio de R\$ 624,00, o setor Urbano R\$ 350,00, e a área Rural R\$ 223,00. Ao passo que no ano de 2015, a RMF, o setor Urbano e Rural, apresentaram média de rendimento domiciliar per capita de R\$

799,00, R\$ 593,00 e R\$ 353,00, respectivamente. Pode-se observar que há uma prevalência de maiores rendimentos na RMF e no setor Urbano vis-à-vis a área Rural. Ademais, no período de 2005 a 2014, destaca-se o forte crescimento do rendimento domiciliar per capita no setor Urbano, cerca de 97%, com reversão dessa trajetória entre 2014 e 2015.

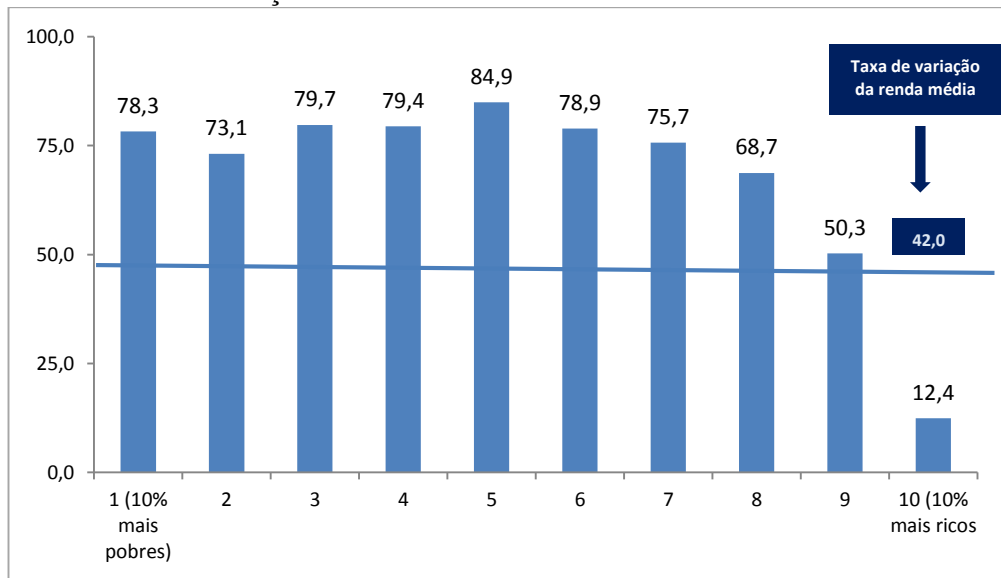
Gráfico 6.2: Rendimento domiciliar per capita médio mensal real – RMF, Urbano e Rural – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração IPECE.

O Gráfico 6.3 mostra a taxa de crescimento da renda média per capita por décimos da população no estado do Ceará entre os anos de 2005 e 2015. Percebe-se que o crescimento foi maior para a população mais pobre. No Ceará, nesse período, a renda domiciliar per capita dos 10% mais pobres (78,3%) cresceu seis vezes mais que a renda dos 10% mais ricos (12,4%). Por fim, destaca-se o quinto decil da população que apresentou a maior taxa de crescimento da renda, aproximadamente 85%.

Gráfico 6.3: Taxa média de crescimento da renda per capita por décimos da distribuição –Ceará – 2005 a 2015



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração IPECE.

6.2. Desigualdade

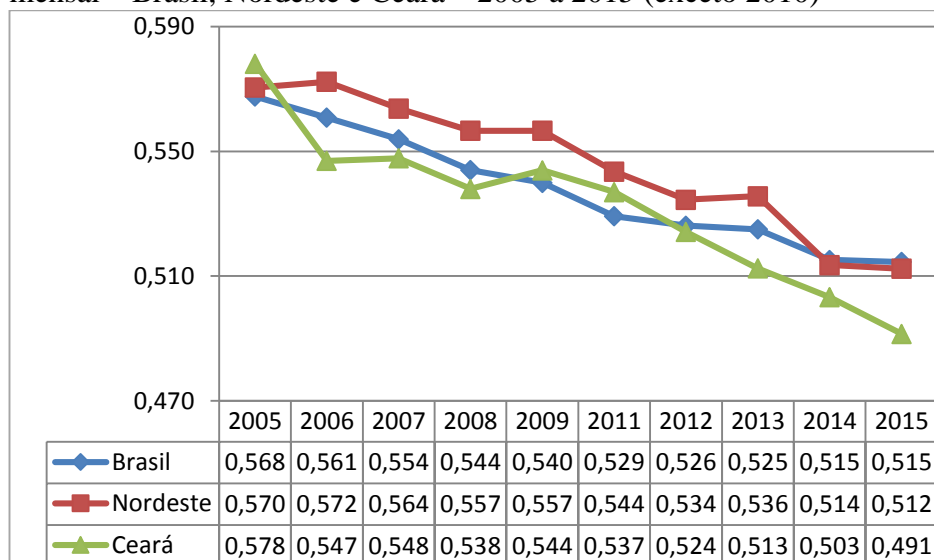
A desigualdade de renda tem lugar cativo na agenda de pesquisa econômica, em especial na que trata de desenvolvimento e crescimento econômico. No caso cearense, este tema é uma prioridade, pois historicamente o estado do Ceará apresenta níveis de concentração de renda elevados em comparação com as demais unidades federativas.

Uma medida tradicionalmente utilizada para aferir o nível de desigualdade em uma sociedade é o Coeficiente de Gini⁶. O Gráfico 6.4 apresenta a evolução da desigualdade do rendimento domiciliar per capita médio mensal do Ceará, da Região Nordeste e do Brasil, para o período de 2005 a 2015, mensurado pelo Índice de Gini. Observa-se, inicialmente, que no ano de 2005 o estado do Ceará (0,578) apresentava

⁶ O índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

maior nível de desigualdade que o Nordeste (0,570) e o Brasil (0,568). Entretanto, essa relação se reverte no ano de 2015, com o Estado (0,491) apresentando menor índice de Gini que a Região (0,512) e o país (0,515).

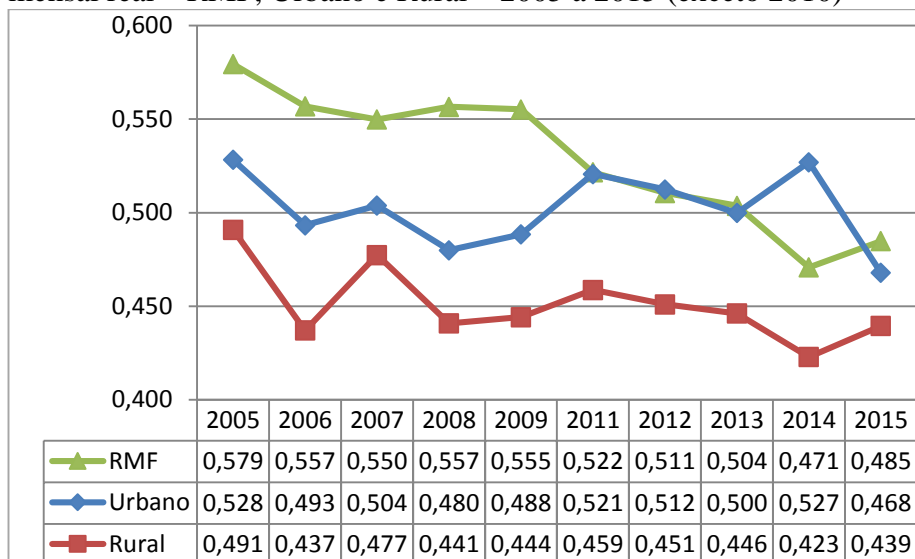
Gráfico 6.4: Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita médio mensal – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração IPECE.

Entre as áreas geográficas do Estado, a maior redução da desigualdade ocorreu na RMF (16,2%), seguida da zona Urbana (11,3%) e zona Rural (10,6%). Nota-se que há uma certa regularidade em a RMF apresentar desigualdade de rendimento domiciliar per capita mais elevada que o meio Urbano e Rural, nessa ordem. Essas informações podem ser confirmadas pelo Gráfico 6.5.

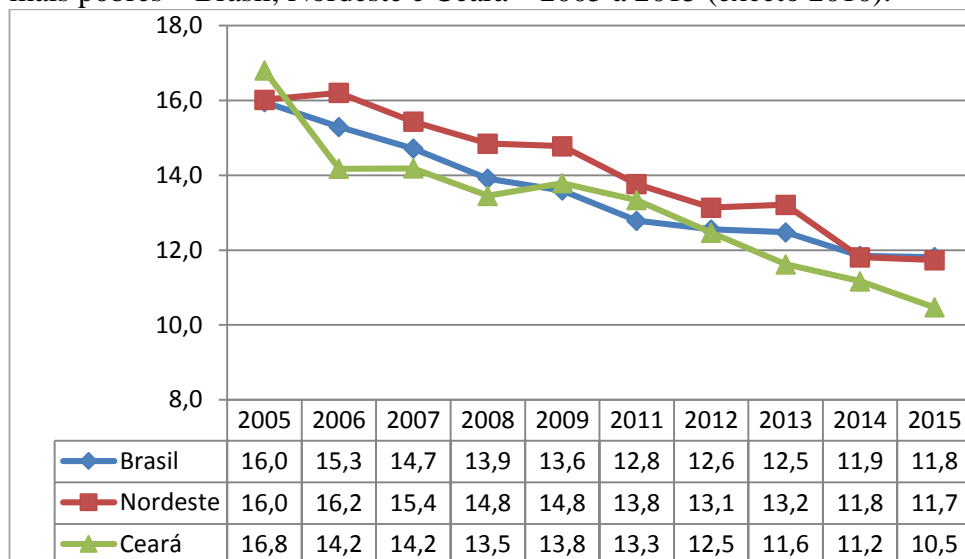
Gráfico 6.5: Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita médio mensal real – RMF, Urbano e Rural – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração IPECE.

Outro indicador que reflete a desigualdade de renda é a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres. Desse modo, o Gráfico 6.6 exibe essa variável para o estado do Ceará, a região Nordeste e o Brasil. Quanto menor essa razão, menor nível de desigualdade apresenta uma determinada economia. Observa-se que no início da série, ano de 2005, o Estado (16,8) apresentava taxa superior ao Nordeste (16,0) e ao Brasil (16,0). Contudo, no ano de 2015, o Ceará (10,5) e o Nordeste (11,7) apresentaram menor taxa de desigualdade que o Brasil (11,8), levando em consideração esse indicador.

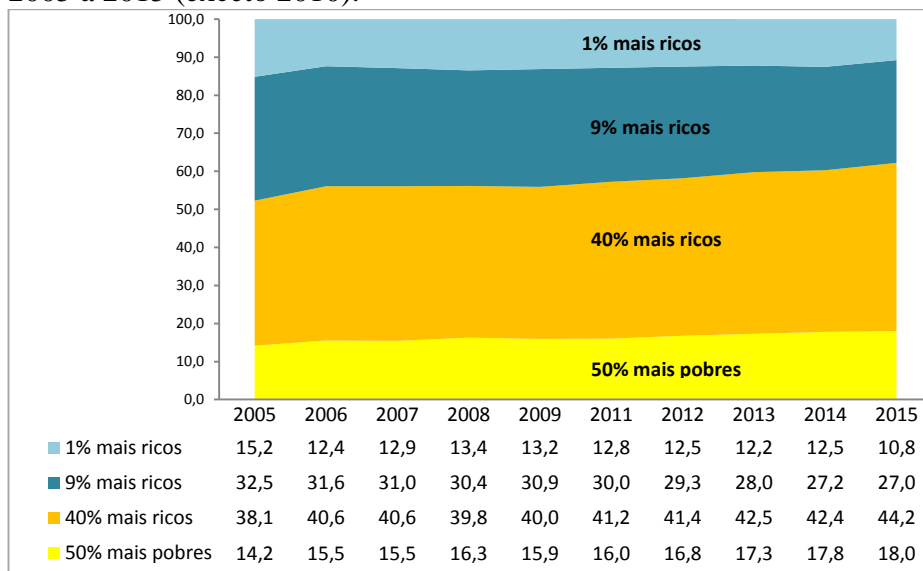
Gráfico 6.6: Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010).



Fonte: IBGE / PNAD.

Outra maneira de verificar a evolução da desigualdade é analisar a proporção acumulada da renda pelos percentis da população. O Gráfico 6.7 mostra que a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres cresceu no período de 2005 a 2015, ao passo que reduziu-se a parcela apropriada pelos 10% mais ricos. A despeito desse avanço, no ano de 2015, os 10% mais ricos se apropriavam de 37,8% da renda total da economia, enquanto os 50% mais pobres detinham apenas 18%.

Gráfico 6.7: Renda acumulada por estratos da população – Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010).

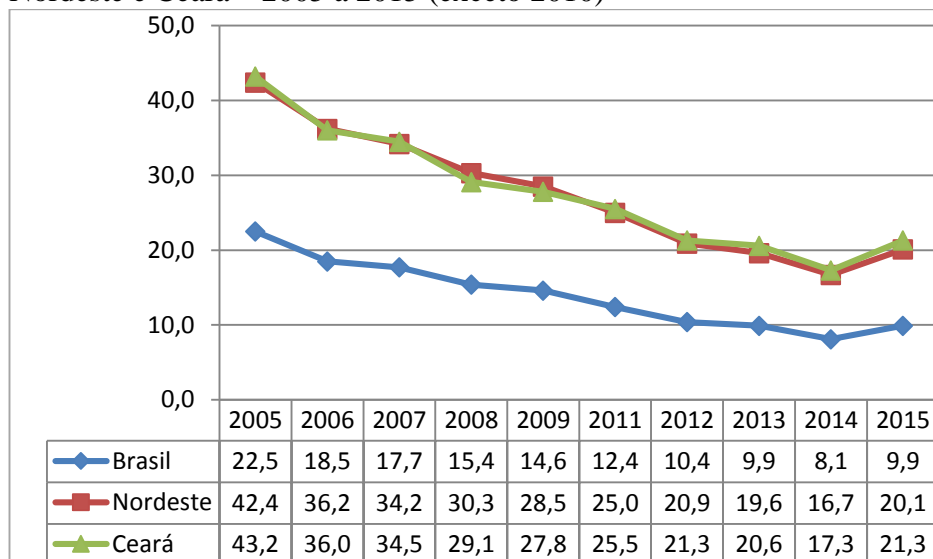


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração IPECE.

6.3. Pobreza e Extrema Pobreza

Essa subseção apresenta os indicadores concernentes a pobreza e extrema pobreza. Inicialmente, o Gráfico 6.8 exibe o percentual de pessoas em situação de pobreza, com base em uma linha de pobreza de R\$ 198,00, para o Ceará, o Nordeste e o Brasil. No período de 2005 a 2015, o Brasil (-56%) expôs a maior redução da pobreza, seguido pelo Nordeste (-52,5%) e pelo Ceará (-50,7%). Com esse resultado, ampliou-se a concentração de pobres na região Nordeste, já que a maior redução ocorreu onde havia menor número de pobres.

Gráfico 6.8: Percentual de pessoas em situação de pobreza – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)

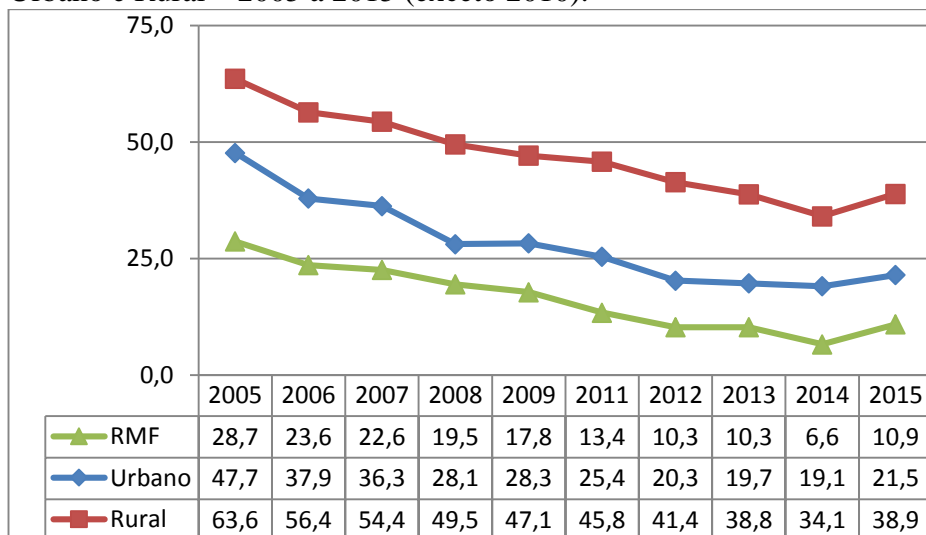


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração IPECE.

Nota: A linha de pobreza é igual a R\$ 198, que corresponde ao dobro da linha de extrema pobreza.

Em relação as áreas geográficas do estado do Ceará, observa-se o mesmo fenômeno citado anteriormente. A RMF, que possuía a menor proporção de pobres no ano inicial da série analisada, apresentou a maior redução (-77%) no período de 2005 a 2014, seguida pela zona Urbana (-60%) e zona Rural (-46%). Destaca-se que no ano de 2015 ocorre uma mudança na trajetória de redução dos indicadores de pobreza do Estado, com a RMF ampliando a sua taxa de pobreza para 10,9%, o setor Urbano para 21,5% e o meio Rural para 38,9%. Essas informações podem ser visualizadas no Gráfico 6.9.

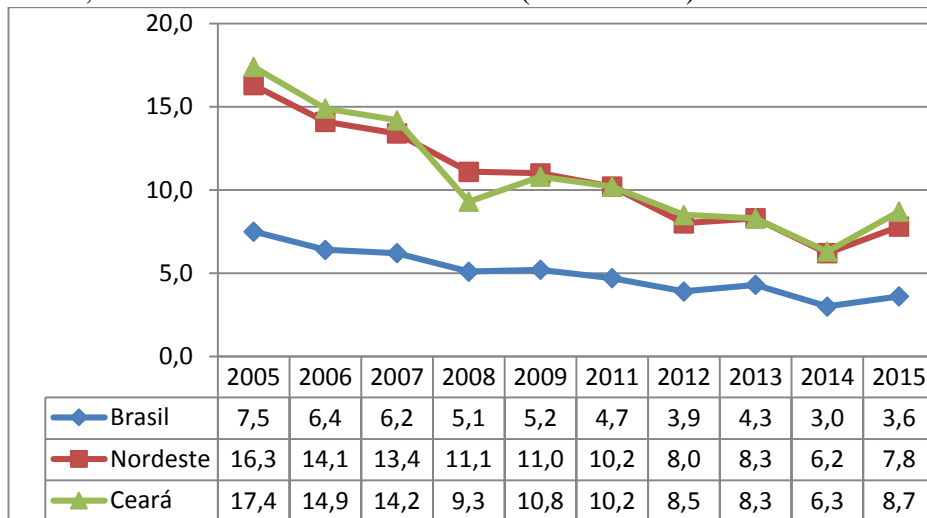
Gráfico 6.9: Percentual de pessoas em situação de pobreza – RMF, Urbano e Rural – 2005 a 2015 (exceto 2010).



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração IPECE.

O Gráfico 6.10 expõe o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza para o Ceará, o Nordeste e o Brasil, com base em uma linha de extrema pobreza de R\$ 99,00. No período de 2005 a 2015, as unidades geográficas em análise reduziram em aproximadamente 50% suas taxas de extrema pobreza. Novamente, esse indicador também revela reversão de melhoria de condições sociais entre 2014 e 2015. Cabe destacar que o Plano Brasil Sem Miséria, lançado em 2012, aparentemente não se mostrou efetivo em dirimir as taxas de extrema pobreza, já que no ano de 2015, a região Nordeste e o Ceará apresentaram taxas de 7,8% e 8,7%, respectivamente, de extremamente pobres.

Gráfico 6.10: Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010).

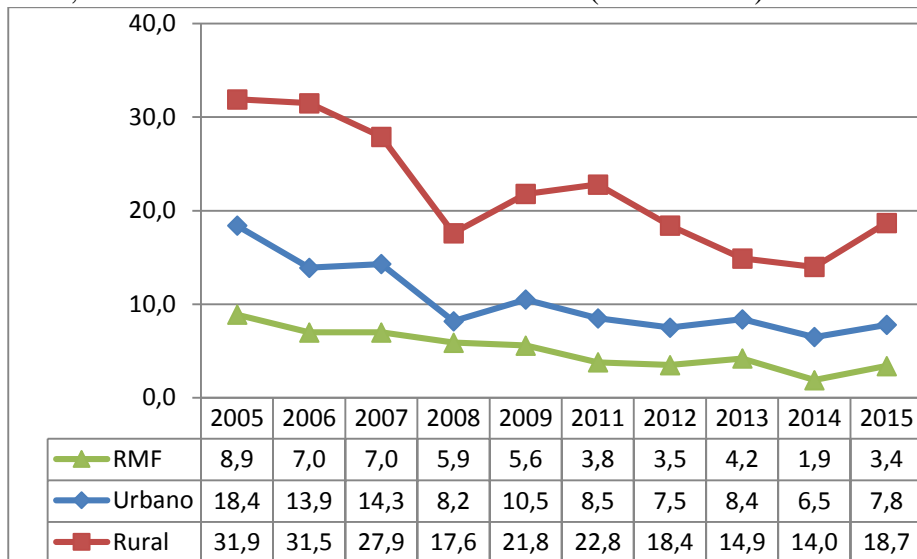


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração IPECE.

Nota: A linha de extrema pobreza é igual a R\$ 99, que corresponde à linha de R\$ 70, em reais de setembro de 2010, corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor específico para PNAD (INPC-PNAD).

O Gráfico 6.11 apresenta o percentual de pessoas extremamente pobres para a RMF, a zona Urbana e Rural do estado do Ceará, com base na mesma linha de extrema pobreza citada anteriormente. Ressalta-se que o comportamento dessa variável foi desigual entre as áreas geográficas do Ceará. Apesar de todas as unidades apresentarem redução no período amostral em investigação, destaca-se a volatilidade e o maior nível de extrema pobreza no meio Rural cearense. No ano de 2015, cerca de 18,7% da população rural ainda encontrava-se em estado de extrema pobreza.

Gráfico 6.11: Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza – RMF, Urbano e Rural – Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010).

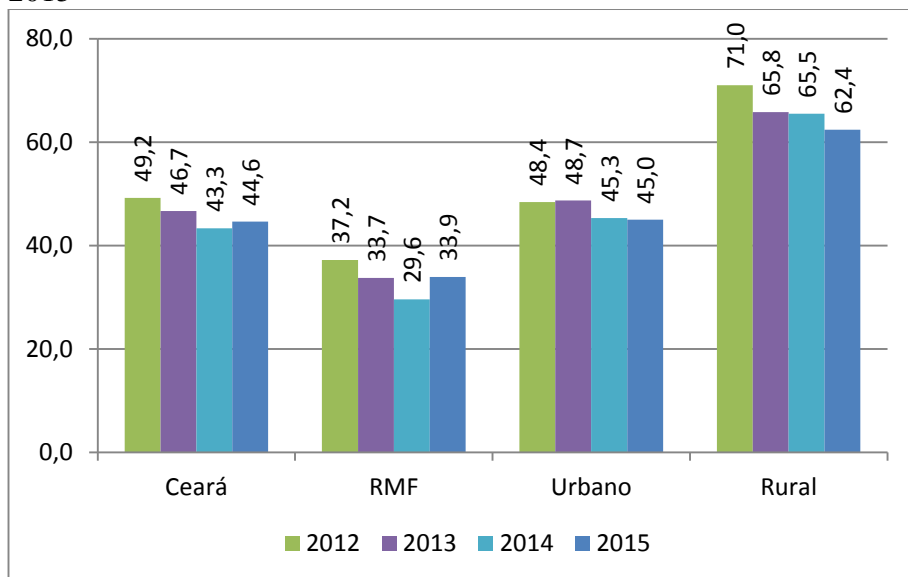


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração IPECE.

Por fim, no Gráfico 6.12, tem-se o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo entre os anos de 2012 e 2015. Essa camada da população constitui o público elegível para os programas de combate à pobreza financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).

O percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo no estado do Ceará passou de 49,2% em 2012, para 44,6% em 2015. Dentre as unidades geográficas do Estado, a RMF apresentou o menor percentual de pessoas em domicílios com rendimento inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 33,9% em 2015. Em contrapartida, o setor rural para o mesmo ano apresentava 62,4%.

Gráfico 6.12: Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo – Ceará, RMF, Urbano e Rural – 2012 a 2015

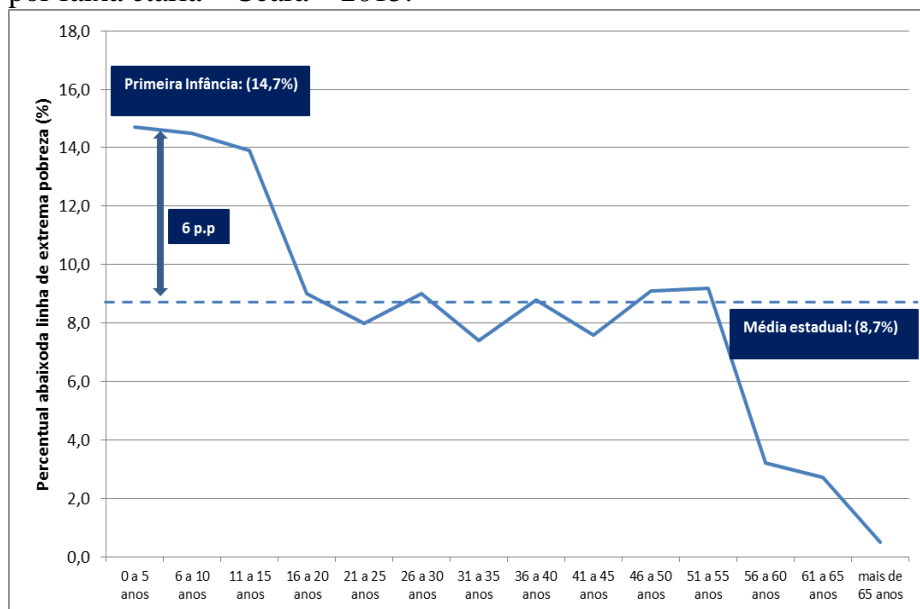


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração IPECE.

6.3.1 O Desafio da Extrema Pobreza Infantil no Ceará

Finalmente, com o objetivo de identificar o público prioritário para intervenções focalizadas no enfrentamento da pobreza, o Gráfico 6.13 apresenta o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza por faixa etária, no estado do Ceará no ano de 2015, mensurado com base em uma linha de pobreza de R\$ 99 de rendimento domiciliar per capita. Três grupos etários destacam-se: de 0 a 5 anos; 6 a 10 anos e de 11 a 15 anos, com aproximadamente 14% das crianças nessas faixas de idade em situação de extrema pobreza, valor bem superior à média de 8.7% para a população total.

Gráfico 6.13: Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza por faixa etária – Ceará – 2015.



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração IPECE.

Diante desses resultados, é importante empreender políticas públicas focalizadas na extrema pobreza infantil como forma de romper o círculo vicioso de extrema pobreza no Ceará. Podem-se citar como medidas, por exemplo, a educação em tempo integral com a universalização de creches e escolas do ensino fundamental, a focalização e melhoria dos serviços de saúde, especificamente para crianças, a garantia à nutrição e à alimentação adequada, criação de espaços públicos apropriados para atividades de lazer, assistência social, etc. Por fim, salienta-se que a baixa taxa de extrema pobreza idosa (acima de 65 anos) pode ser atribuída ao abrangente sistema de seguridade social brasileiro, que é eficiente em atender esse público relativamente a outros países em desenvolvimento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dinâmica dos indicadores sociais na última década, ao comparar a situação do estado do Ceará com a da região Nordeste e do Brasil, e sempre que possível as áreas urbanas e rurais do Estado, permitiu reconhecer as conquistas alcançadas e os desafios a serem superados. Pode-se destacar, dentre as conquistas, os avanços significativos na redução das desigualdades, a melhoria da educação básica, a redução da mortalidade e trabalho infantil, e o crescimento do acesso a bens de consumo duráveis.

No ano de 2015, dos 22 indicadores analisados, o Ceará apresentou uma situação melhor que a região Nordeste em 9 deles, e melhor que o Brasil e o Nordeste em 5. Com destaque principalmente para os indicadores de desigualdade de renda. Entre os anos de 2005 e 2015, no Ceará, a renda domiciliar per capita dos 10% mais pobres cresceu seis vezes mais que a renda dos 10% mais ricos. Movimento similar ocorreu com outras parcelas mais pobres da população. Assim, isso desencadeou em uma redução sustentável do índice de Gini no Ceará, apresentando no ano de 2015 valor inferior ao Nordeste e ao país.

Dentre os desafios, destacam-se a questão da infraestrutura domiciliar e a extrema pobreza no Ceará. Na infraestrutura, apesar da universalização do acesso à energia elétrica, cerca de 22% dos domicílios cearenses não tem acesso ao abastecimento de água pela rede geral de distribuição. Outro indicador em situação adversa é o percentual de domicílios com sistema adequado de esgotamento sanitário. Por fim, embora o Estado tenha reduzido em mais de 50% a taxa de pobreza nos últimos dez anos, a extrema pobreza exige maior atenção. Especialmente, destaca-se o desafio da superação da extrema pobreza infantil, já que aproximadamente 14,7% das crianças do Ceará em 2015 encontravam-se nessa situação, valor bem superior à média de 8,7% para a população total do Estado.

Finalmente, pode-se afirmar que a produção desse documento é de grande valia para a nossa sociedade e os tomadores de decisão por ressaltar e fornecer subsídios para o planejamento e execução de políticas voltadas para a redução das disparidades e promoção do desenvolvimento econômico em nosso Estado.